



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola Politécnica & Escola de Química

Programa de Engenharia Ambiental

**O DISCURSO HEGEMÔNICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ENUNCIADOS  
DE JORNAL DE ALCANCE NACIONAL.**

Fernanda Faes e Graça

Novembro de 2020



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola Politécnica & Escola de Química

Programa de Engenharia Ambiental

Fernanda Faes e Graça

**O DISCURSO HEGEMÔNICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ENUNCIADOS  
DE JORNAL DE ALCANCE NACIONAL**

Rio de Janeiro

2020



UFRJ

Fernanda Faes e Graça

**O DISCURSO HEGEMÔNICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ENUNCIADOS  
DE JORNAL DE ALCANCE NACIONAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Ambiental, Escola Politécnica & Escola de Química, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental.

Orientador:

Eduardo Gonçalves Serra, D.Sc.

Rio de Janeiro

2020

Graça, Fernanda Faes e

O discurso hegemônico da Educação Ambiental em enunciados de jornal de alcance nacional/ Fernanda Faes e Graça. – 2020.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica e Escola de Química, Programa de Engenharia Ambiental, Rio de Janeiro, 2020.

Orientador: Eduardo Gonçalves Serra

1. Educação Ambiental. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Grupos Hegemônicos. 4. Análise de Discurso. I. Serra, Eduardo G. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica e Escola de Química. III. O discurso hegemônico na Educação Ambiental.

Folha de Aprovação



UFRJ

**O DISCURSO HEGEMÔNICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM  
ENUNCIADOS DE JORNAL DE ALCANCE NACIONAL**

Fernanda Faes e Graça

Orientador: Eduardo Gonçalves Serra, D.Sc.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Ambiental, Escola Politécnica & Escola de Química, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental.

Aprovado pela Banca:

---

Presidente, Prof. Eduardo Gonçalves Serra, D. Sc., UFRJ

---

Prof. Fernando Silva dos Santos, D. Sc., UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Livia Maria da Costa Silva, Ph. D., UFF

---

Prof. Marcos Barreto de Mendonça, D. Sc., UFRJ

Rio de Janeiro  
2020

## Dedicatória

À Denise e Ivana.

## Agradecimentos

Agradeço aos meus pais Denise e Cláudio, por terem tratado a educação como prioridade na família.

Aos meus irmãos, grandes companheiros de vida, pela força para seguir em frente.

Ao Hugo, pela torcida, companhia, amor e dedicação.

Aos professores do PEA/UFRJ. Em especial ao Professor Eduardo Serra, orientador deste trabalho, pelas intervenções assertivas.

## RESUMO

GRAÇA, Fernanda Faes e. **O discurso hegemônico da educação ambiental em enunciados de jornal de alcance nacional**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Ambiental, Escola Politécnica e Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Os jornais impressos ocupam espaços importantes na sociedade atual e reverberam cotidianamente na mídia e em outros espaços e constroem os saberes dos indivíduos. Em paralelo, a educação ambiental ganhou notoriedade nos últimos anos, com visível destaque para vertente que enfatiza os aspectos comportamentais dos indivíduos ao disseminar uma salvação planetária fundamentada pela utilização “racional” dos recursos naturais. Diante de tanta disputa de forças e contradições inerentes ao processo educativo, mostrou-se importante investigar os discursos encontrados nos canais de comunicação. Este estudo tem como objetivo compreender de que forma a emergência dos discursos que envolvem o tema ambiental estão sendo veiculados e para qual direção apontam, a partir das conceituações da genealogia e arqueologia de Michel Foucault e utilizando a análise de discurso como base metodológica. Esta sistemática busca compreender com maior densidade a noção central dos enunciados e, além disso, mapear e confrontar as diferentes estratégias de linguagem na produção dos conteúdos, considerando que os meios de comunicação atuais atuam decisivamente na construção dos sujeitos sociais. A fonte escolhida foi o jornal impresso de amplo alcance e a escala temporal o mês de setembro do ano de 2019. Os resultados apontaram para enunciados que apresentam forte apelo para a resposta ao problema ambiental voltada à gestão e regulação institucionalizadas, assim como para atuação individual. Em relação à postura em relação ao meio ambiente, encontrou-se predominantemente o discurso que enfatiza a incerteza frente as problemáticas ambientais.

Palavras chaves: educação ambiental, desenvolvimento sustentável, grupos hegemônicos e análise de discurso.

## ABSTRACT

GRAÇA, Fernanda Faes e. **The hegemonic speech of environmental education in a national newspaper.** Rio de Janeiro, 2020. Dissertation (Master's Degree) – Environmental Engineering Program, Polytechnic School and Chemistry School, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Newspapers occupy important spaces in today's society and reverberate daily in the media and in other spaces and build the knowledge of individuals. In parallel, environmental education has gained notoriety in recent years, with a visible emphasis on the aspect that emphasizes the behavioral aspects of individuals when disseminating a planetary salvation based on the “rational” use of natural resources. Faced with so much dispute of forces and contradictions inherent in the educational process, it was important to investigate the discourses found in the communication channels. This study aims to understand how the emergence of discourses involving the environmental theme are being conveyed and in which direction they point, based on the concepts of genealogy and archeology by Michel Foucault and using discourse analysis as a methodological basis. This systematic seeks to understand with greater density the central notion of utterances and, in addition, to map and confront the different language strategies in the production of content, considering that the current media act decisively in the construction of social subjects. The chosen source was the printed newspaper with wide reach and the timescale in the month of September of the year 2019. The results pointed to statements that present a strong appeal for the answer to the environmental problem focused on institutionalized management and regulation, as well as for individual action. Regarding the posture in relation to the environment, the discourse that emphasizes uncertainty in relation to environmental issues was predominantly found.

Key words: environmental education, sustainable development, hegemonic groups and discourse analysis.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Resultados encontrados .....	54
-----------------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de notícias em cada tipo de abordagem.....	56
Gráfico 2 - Seções encontradas.....	57

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD – Análise de Discurso

DDT – Dicloro-difenil-tricloroetano

DP – Diagnóstico Participativo

DS – Desenvolvimento Sustentável

EA – Educação Ambiental

EAPDS – Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o  
Desenvolvimento

ONG – Organizações não Governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
	1.1 Apresentação do tema.....	12
	1.2 Justificativa .....	14
	1.3 O problema.....	15
	1.4 Hipóteses.....	16
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>17</b>
	2.1 Os Enunciados.....	20
	2.2 Classificação .....	22
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>25</b>
	3.1 Desenvolvimento sustentável.....	25
	3.1.1 Resgate histórico .....	26
	3.1.2 Sustentabilidade .....	29
	3.2 Políticas educacionais: história e contradições .....	33
	3.2.1 Pedagogia histórico-crítica: filosofia e psicologia.....	36
	3.2.2 Educação ambiental crítica .....	39

3.2.3	Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável.....	42
<b>4</b>	<b>MICHEL FOUCAULT E A ARQUEOGENEALOGIA.....</b>	<b>45</b>
4.1	História .....	45
4.2	Análise de discurso e suas materialidades.....	46
4.2.1	O discurso no campo educacional .....	48
4.2.2	Jornais: o poder do discurso .....	50
<b>5</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>53</b>
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>60</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Por muitos anos, acreditou-se que a finitude dos recursos naturais não existia e que a humanidade chegaria a um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação da natureza. Não era percebida, até muito recentemente, a finitude dos recursos naturais. Ainda hoje, muito acredita-se que por meio dos avanços da ciência e da tecnologia será possível libertar os indivíduos das limitações impostas pela natureza e do esgotamento do meio ambiente.

Ao longo do processo de expansão colonial europeia, diversos países da América, África, Ásia e Oceania foram colonizados e submetidos aos padrões das elites europeias e seu processo de acumulação de riquezas, exercendo, por longo período de tempo, a função de fornecedores de matérias-primas. A ascensão das burguesias ao poder, por seu protagonismo cada vez maior no desenvolvimento do capitalismo, catalisa o processo das revoluções industriais, trazem a reboque o uso intensivo e extremamente predatório dos recursos naturais do Planeta, resultando no aparecimento dos efeitos negativos desse processo, como a poluição nas cidades e a degradação das terras.

Principalmente a partir do período pós II Guerra, a ideia de que os recursos naturais seriam ilimitados foi sendo questionada ao passo que o desenvolvimento da economia capitalista se fortaleceu através do aumento explosivo das escalas da produção industrial e agrícola e a mundialização dos mercados. Nesse processo o meio ambiente tornou-se mero instrumento para a atividade desenfreada das indústrias e acúmulo de capital. Desde então, observa-se uma utilização irresponsável dos recursos naturais e uma constante manutenção das injustiças e desigualdades sociais pelo planeta, já que, em meio ao processo constante de concentração da renda, a utilização destes se torna, dia após dia, privilégio de grupos específicos.

Nas últimas décadas, diversas organizações e grupos sociais vêm sinalizando para o agravamento de uma crise ambiental que ameaça a sobrevivência da

humanidade no futuro. Hoje, poucos negam que houve uma piora nas condições do ambiente, seja pela magnitude ou pela diversidade dos problemas, embora ainda seja complexo distinguir entre discursos alarmistas e preocupações sustentadas por argumentos válidos.

A partir da década de 60, conferências e convenções internacionais foram realizadas com objetivo de debater sobre o tema, além de mobilizações sociais diversas e acordos de cooperação mútua firmados entre diversos países. É nesse contexto, ainda nos anos 80, que surge a proposta do Desenvolvimento Sustentável, termo convenientemente vago, cuja finalidade seria compatibilizar desenvolvimento econômico com proteção ambiental. Esse conceito trouxe pela primeira vez o avanço de, além da defesa da necessidade de ter-se progresso, trazer a preocupação com o bem-estar das gerações futuras, através de um processo de desenvolvimento em que as dimensões social, econômica e ambiental estivessem equilibradas.

A concepção mais difundida permanece a de 1987 que define o Desenvolvimento Sustentável como a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland, 1991). No entanto a expressão é vaga, pois não conceitua desenvolvimento e não define o que são e serão as necessidades e a qual grupo social se referem.

Após sua institucionalização consolidada na Eco-92, o conceito passou a ser parte do discurso oficial das agências internacionais, empresas, sociedade civil organizada e governos que encontraram no “caminho do meio” a compatibilização entre o desenvolvimento e a proteção dos recursos, uma saída para a crise.

É nesse contexto histórico que inicia-se o debate sobre a Educação Ambiental (EA). Segundo a Política Nacional de Educação (1999) a finalidade da EA é proporcionar condições para os indivíduos construir valores sociais conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do

meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A Educação Ambiental ganhou destaque nos últimos anos. É possível encontrá-la, de modo geral, nos currículos escolares, museus, movimentos sociais, meios de comunicação e em organizações comunitárias dentro de uma perspectiva de “capitalismo verde”. Essa perspectiva, defende um uso “racional” dos recursos naturais, com ênfase nos aspectos comportamentais dos indivíduos. Sua aplicação é imediata na vida de cada pessoa, visto que a adoção de tais atitudes levaria a uma “salvação planetária” fundamentada numa concepção não conflitiva de sociedade.

Há também nesse discurso, o ignorar das relações econômicas de mercado e o processo de acumulação de riquezas como se não existissem diferentes usos pelos sujeitos, a depender de seu local social e da sociedade em que estão inseridos. Ao mesmo tempo, esse discurso harmonioso contribui para neutralização do modo de produção e organização social atual.

Este estudo pretende abordar a Educação Ambiental em um período em que as discussões sobre Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde estão cotidianamente presentes nas sociedades atuais. A discussão se motiva em grande parte pelas realizações de eventos mundiais, como o Fórum Mundial de Sustentabilidade, que visam versar sobre as melhores estratégias, metas e ações pautadas sob uma perspectiva ambiental.

Em solo brasileiro, o tema vem ganhando notoriedade após polêmicas recentes que envolvem o Poder Executivo e sua referida política ambiental. Algumas medidas defendidas como fim de demarcações de terras indígenas, permissão para mineração em terras de proteção, flexibilização de licenciamentos ambientais e o sucateamento de órgãos de defesa colocaram o Brasil em tempos de um verdadeiro obscurantismo ambiental.

A discussão sobre o binômio educação-meio ambiente está inserida em um cenário de crises políticas, sociais, éticas, econômicas e culturais. Considerando que é justamente na leitura que se faz da referida crise ambiental que o caminho prático para superação é trilhado, a forma como as informações são repassadas implica o entendimento da problemática ambiental e como pretende-se agir. Desta forma, torna-se oportuno debater os diversos desdobramentos dos discursos que envolvem a Educação Ambiental e suas implicações na sociedade atual.

Mas quem estaria por trás deste discurso? Quais são os interesses envolvidos? Sabe-se que o empresariado do País tem interesse que os processos educativos sejam capazes de fazer crítica ao padrão de desenvolvimento, mas não aos seus agentes protagonistas. Aliado a isso, observa-se uma intensificação da influência das classes empresariais em campanhas midiáticas, televisivas e escolares. Nesta última, percebe-se, por exemplo, um crescimento exponencial de projetos associados à responsabilidade social nas escolas brasileiras. Essa estratégia reafirma o diálogo e o consenso enquanto negam os conflitos estruturais, abordagem comum da educação política (LOUREIRO, 2009).

Diante de tanta disputa de forças e contradições inerentes ao processo educativo, mostrou-se importante investigar os discursos encontrados nos canais de comunicação, os interesses que rodeiam a Educação Ambiental, e, além disso, avaliar a reorientação do conceito de EA ao longo dos anos, visto que esses enunciados reverberam cotidianamente na mídia e em outros espaços e constroem os saberes dos indivíduos.

Para tal, propõe-se utilizarmos a Análise de Discurso, metodologia preconizada por Michel Foucault que busca compreender com maior densidade a noção central dos enunciados e, além disso, mapear e confrontar as diferentes estratégias de linguagem na produção dos conteúdos, considerando que os meios de comunicação atuais atuam decisivamente na construção dos sujeitos sociais. Além dele, outros pensadores comprometidos com as ciências sociais críticas e voltados à superação da realidade social foram acessados, como Karl Marx, Gramsci e Demerval Saviani.

## 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A palavra *ambiental*, da expressão Educação Ambiental (EA), apenas qualifica um processo mais amplo que é o processo educacional. Desta forma, a EA é uma das dimensões presentes na Educação (GUIMARÃES, 2007). O autor também defende que na sociedade atual há diferentes projetos educacionais que são pontos de partida e de chegada para diferentes visões de mundo, ou *Weltanschauungen*.

Na definição de Giorgio La Pira (1965), o termo *Weltanschauung* significa visão de mundo, onde este é entendido como a totalidade do real na qual o homem está inserido. Em outros termos, parte-se do princípio que toda realidade percebida pelos indivíduos está relacionada com o entendimento de mundo que os envolvem e as informações são vistas pelas pessoas pelo seu arcabouço mental de visão de mundo.

A primeira e mais amplamente difundida é a visão de mundo conservadora, que entende-se como àquela comprometida em manter o modelo atual da sociedade. De forma oposta, tem-se a visão de mundo crítica com proposta voltadas para a transformação das relações atuais em busca de uma sociedade mais igualitária e justa.

A presente dissertação parte da inquietação de como a concepção primária da Educação Ambiental (EA) idealizada em políticas públicas e eventos intergovernamentais foi ganhando novas interpretações e servindo a diferentes grupos hegemônicos como estratégia de obter o consenso passivo das classes dirigidas.

Sabe-se que a Educação Ambiental, de forma genérica, possui alguns princípios básicos, entre eles o enfoque humanista, democrático, participativo, o pluralismo de ideias e a concepção do ambiente em sua totalidade. A menção à Educação Ambiental está presente na Constituição do Brasil de 1988, em seu capítulo VI, que institui ao Poder Público a competência de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, § 1, VI).

Na Conferência Intergovernamental de Tbilisi, um dos principais eventos relacionados à Educação Ambiental até os dias atuais, definiu esta como o “processo de reconhecimento de valores e elucidação de conceitos que levam a desenvolver as habilidades e as atitudes necessárias para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e o meio ambiente” (IBAMA, 1977).

Mais de duas décadas depois, a Lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999) instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e apresentou, de forma organizada, a educação ambiental formal e a não formal. A primeira, desenvolvida no currículo das instituições públicas/privadas e segunda, através das ações práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade.

A Educação Ambiental compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (PNEA, 1999).

É importante considerar, ainda, que o conceito da EA foi, ao longo de muitos anos, limitado à perspectiva de proteção dos ambientes naturais, sem considerar as relações sociais dos indivíduos que compõem o ambiente. Muito se falou na sensibilização coletiva e na formação de uma consciência ecológica de modo que os indivíduos se tornassem aptos a praticar ações ecologicamente corretas.

Em comum entre todas as definições está o reforço da visão idealista da Educação Ambiental como equalizadora de conflitos e detentora do caminho de superação da crise ambiental. Além disso, percebe-se que o tema foi rapidamente se institucionalizando, sem que, no entanto, houvesse um debate com a sociedade e pesquisadores.

O aumento na demanda por discussões que perpassam a questão ambiental gerou, por consequência, uma significativa exposição do tema na veiculação midiática. A partir de então, torna-se oportuno discutir os desdobramentos dos diversos posicionamentos em torno da Educação Ambiental e como esse conceito foi

se moldando ao longo dos anos, em especial no que tange as vinculações nos canais de comunicação que chegam às casas de milhões de brasileiros e, ao seu modo, contribuem na condução do comportamento humano.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

O interesse na temática em questão se desenrolou a partir da experiência profissional da autora deste trabalho que atuou na função de Educadora Ambiental em Projeto de Educação Ambiental (PEA) na Bacia de Campos entre os anos de 2017 e 2018. O PEA é uma medida mitigadora prevista no licenciamento ambiental federal e foi instituído pelo IBAMA em 2010 por meio da nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 001/10.

Atualmente dez projetos voltados para os grupos sociais afetados pelos impactos socioambientais destes empreendimentos estão em andamento na Bacia de Campos e sua condução são de responsabilidade das empresas que atuam na indústria marítima de petróleo e gás. Esses grupos sociais foram definidos através do processo de Diagnóstico Participativo (DP) que levantou informações sobre os impactos na vida dessas comunidades.

Ao atuar diretamente com as comunidades tradicionais, buscando construir a emancipação e autonomia dos sujeitos envolvidos através da organização comunitária de jovens ligados à pesca artesanal e comunidades quilombolas, tornou-se evidente o distanciamento entre a educação ambiental que buscava a participação destes sujeitos na gestão pública e àquela ministrada nas escolas ou difundidas nas mídias.

O (des) encontro entre essas duas vertentes instigou em um primeiro momento entender as divergências entre as diferentes correntes ideológicas que sustentam as duas discussões. Em seguida, foi importante delimitar os interesses pelos quais um posicionamento é destacado em detrimento de outro.

### 1.3 O PROBLEMA

Muito fala-se sobre EA nas mídias. Entretanto, pouco se discute sobre o discurso hegemônico da Educação Ambiental e a quais interesses este atende. A palavra hegemonia significa liderança pelo dicionário. Neste estudo, entende-se hegemonia como a forma pela qual a classe dominante garante a permanência de seus interesses como prioridade através do consenso das classes dirigidas.

Gruppi (1978) ressalta que a hegemonia cultural, conceito desenvolvido pelo filósofo Antônio Gramsci, pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural de um bloco de classes sobre a outra, ou seja, o poder é exercido também através da cultura. Por consequência, essa concepção de mundo unitária condiciona a produção simbólica nos meios de comunicação que influenciam na construção do imaginário social e nas disputas de poder atual.

Gramsci defende que a hegemonia é consolidada em ações que vão além da estrutura econômica, mas envolvem o plano ético-cultural e a expressão dos saberes e práticas. Desta forma, não pode ser entendida como coerção de forma isolada, pois “inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI, 2002, p. 65).

Sabe-se que a Educação é um dos campos em que a ideologia e os valores e referências sociais hegemônicos são reproduzidos, por diversos mecanismos como escolas, ambientes familiares, igrejas, mídia, etc. As disputas de poder inerentes a esses espaços interferem na conformação do imaginário social e lutas de sentidos e poder na contemporaneidade.

Observa-se que nas últimas décadas, tal entendimento tem sido continuamente reforçado como educação para o desenvolvimento sustentável, na tentativa de promover a relação de compatibilidade do crescimento econômico com a preservação ambiental.

Além disso, percebe-se que esse conceito vem sendo apropriado predominantemente por grupos que reproduzem um discurso do “capitalismo verde” e servindo de reafirmação do sistema social atual. A orientação passou a estabelecer modos de comportamentos diante dos efeitos da crise socioambiental e não de suas causas, fortalecendo o entendimento distorcido da realidade, onde o crescimento econômico é mantido como prioritário.

Neste contexto, a impossibilidade do crescimento infinito é ignorada ou tratada de forma superficial. Todo e qualquer crescimento tem um determinado ponto de parada uma vez que a expansão infinita – impossível de ser alcançada – não encontra base de apoio dentro de um ambiente de ordem finita.

Difícilmente a temática ambiental é formulada diretamente como um problema de produção ou econômico. Geralmente é exposto como um problema moral, no qual as gerações atuais devem manter a preocupação com as gerações futuras, ou referentes a comportamentos individuais, momento em que a sociedade é convocada a agir, consumir, pensar e sobreviver de forma ambientalmente responsável.

Por outro lado, as propostas de solução mais comumente apresentadas na visão dominante são de caráter mitigatório, em nível primário ou, em alguns casos, mais sistemático, sem qualquer questionamento aos padrões e configurações dos sistemas sociais de produção e consumo.

#### **1.4 HIPÓTESES**

Os enunciados e materiais que tratam da temática ambiental ensinam verdades sobre o ecossistema e a natureza. Tais conceitos são legitimados pelo amplo domínio das mídias e influenciam na forma como olhamos a natureza. O que está na mídia se torna realidade (GOMES, 2003). Nos materiais divulgados nos meios de comunicação, os recursos didáticos ambientais têm sido utilizados de forma

adestradora, insistindo em posturas ambientalmente corretas e reducionistas que consideram o homem e a natureza dissociados.

Predominam, nesses materiais, as propostas ou respostas mitigadoras primárias a serem realizadas por meio de ações individuais ou espontâneas.

## **2 METODOLOGIA DE PESQUISA**

O alcance dos meios de comunicação e a propagação dos temas ambientais atua de forma que se perceba mais intensamente a crise ecológica vivida pela sociedade contemporânea. O que a mídia distribui e fornece destaque, quais discursos e verdades vêm sendo construídos são algumas das questões a serem investigadas neste estudo.

A proposta desta pesquisa foi investigar o discurso da Educação Ambiental sob a ótica Desenvolvimento Sustentável e avaliar influência de outros interesses nos discursos exibidos pelos canais de comunicação digitais e impressos, não apenas como veiculador de saberes, mas como produtor destes, assumindo, neste sentido, uma função nitidamente pedagógica.

Buscou-se identificar o discurso dominante da Educação Ambiental nos dias atuais e os atores a quem esse discurso esteve servindo utilizando práticas de Análise de Discurso. Em outros termos, estimou-se fundamentar a análise deste estudo na articulação dos conceitos de poder, saber e sujeito formulados por Michel Foucault.

Recortes de materiais que circularam em mídia que alcança de forma ampla a sociedade e as ferramentas de análise de discurso em Michel Foucault foram os pilares estruturantes desta análise metodológica e nortearam os caminhos. Segundo o filósofo, os discursos produzidos não estavam “soltos” esperando serem revelados, mas foram produzidos e produzem o mundo, e neles produziram efeitos de verdade.

Entende-se que esses materiais auxiliaram na construção de um discurso dominante, que ensina os modos de ser, olhar e se comportar no ambiente que habitamos. Não buscou-se desvendar quais discursos eram verdadeiros e quais são falsos, mas interpreta-los ao buscar explicações para o que eles tentavam expressar, e, principalmente, quais eram as intenções não evidentes.

A escolha dos materiais se deu, primeiramente, pelo interesse observado na temática ambiental em nível nacional. Em uma prévia análise no site de pesquisa google.com, encontrou-se um número significativo de resultados ao se digitar *educação ambiental* e uma abundância ainda maior ao cruzar com o termo *crise ambiental*.

Tal interesse desencadeou reflexões pertinentes como de que forma a Educação Ambiental vem sendo produzida e entendida na atualidade, e constatações do impacto da mídia como um importante campo de produção de subjetividades. Desta forma, este trabalho se caracteriza por uma pesquisa documental com abordagem qualitativa e o material encontrado foi submetido à Análise de Discurso de Foucault.

Os materiais selecionados compõem enunciados coletados do Jornal O Globo no ano de 2019, durante um período de trinta dias consecutivos entre os dias 01 e 30 de setembro. Todas seções do referido jornal foram consultadas pelo acesso *on-line*. A fonte escolhida foi baseada na expectativa de notícias abrangentes de um material de circulação nacional, com características como público-alvo, volume, tamanho e temas de reportagens diversificados. O jornal em questão não representa um periódico específico do meio ambiente, mas trata do cotidiano brasileiro com temáticas que perpassam política, economia, cultura, sociedade, entre outros tópicos.

Entende-se que a fonte selecionada é uma mídia importante no cenário brasileiro e produtora de verdades e sentidos. As redações foram analisadas não pela ótica da verdade ou incerteza, mas a partir do entendimento que tais enunciados fazem parte do dia a dia dos indivíduos e contribuem com os modos de ser e ver o mundo.

Na sequência do acesso à fonte, as reportagens foram selecionadas a partir da leitura do título e conteúdo textual. Desta forma, foram incluídas todas as reportagens que tinham o meio ambiente como tema central ou periférico. Após a seleção inicial, foram removidas àquelas que mantiveram o discurso ambiental em segundo plano.

A terceira etapa consistiu em classificar os materiais apreendidos em cinco (5) categorias distintas. São elas:

Quanto à abrangência da resposta proposta para o problema ambiental: 1) Mitigação Primária - Microação; 2) Mitigação Sistemática;

Quanto à postura em relação ao estado do meio ambiente e às tendências de sua evolução: 3) Alarmista; 4) Crítica e 5) Negacionista.

A mitigação primária ou microação são tidas como ações individuais ou realizadas por pequenos grupos, de pequeno alcance ou impacto, e, em geral, efetuadas de forma isolada e não sistemáticas, por exemplo, evitar o desperdício de água do indivíduo ao lavar louça ou uma empresa que individualmente instala um filtro buscando a redução da emissão de particular e/ou poluentes na atmosfera.

Por outro lado, a mitigação sistemática pode ser alcançada por uma tomada de consciência geral, geralmente de forma organizada e intencional. Por exemplo, reduzir o consumo de energia em períodos de baixa oferta de energia ou através de incentivos legais para substituição de lâmpadas fluorescente por lâmpadas LED buscando eficiência energética e economia.

A abordagem crítica, em geral, é sistêmica já que se apresenta como uma crítica aos padrões de produção e consumo das sociedades, regidos pela lógica do capitalismo. Em contrapartida, as abordagens alarmistas e negacionistas são ações individuais, mas também sistemáticas e exercida por diversos grupos e instituições da sociedade seja por ignorância ou com clara intencionalidade.

As características e abordagens de cada categoria serão examinadas em detalhe no tópico Classificação deste capítulo. A partir de então, utilizou-se do processo proposto por Michel Foucault, Análise de Discurso de forma a desnaturalizar os conceitos apresentados.

## 2.1 OS ENUNCIADOS

Os enunciados dos materiais que tratam da questão ambiental doutrina a população para algumas verdades que são construídas e legitimadas nas relações de forças colocadas em funcionamento através da atuação da mídia. Os enunciados fortalecem a forma como o meio ambiente, a relação homem-natureza, a crise ambiental e o desenvolvimento sustentável se apresentam.

A análise deste estudo se baseia em algumas ferramentas da análise de discurso defendidas por Michel Foucault. O conceito de enunciado é compreendido como “átomo do discurso” (FOUCAULT, 2002, p.90). Tal conceito defende que o enunciado se apresentaria em um jogo de relações de uma prática discursiva, que influencia e molda o modo como os indivíduos compreendem o mundo em que vivem.

Michel Foucault afirma, ainda, que o enunciado não se encontra em um estado puro e natural, mas na ordem do discurso legítimo e verdadeiro ao ser atualizado na repetição e transmissão das informações. Segundo o autor, cabe ao pesquisador reunir as regularidades textuais, multiplicando os sentidos e estabelecendo suas correlações de modo a desembaralhar as informações contidas no enunciado.

Foucault (2005) defende que o que interessa é o que está dito, o que está escrito e não o que se pretendia dizer ou escrever. Ou seja, o discurso se torna realista porque o contexto histórico e as regras de sua enunciação o permitiram existir e encontraram as condições epistêmicas adequadas.

Eu parto do discurso tal qual ele é! Em uma descrição fenomenológica, se busca deduzir do discurso alguma coisa

que concerne ao sujeito falante; tenta-se encontrar, a partir do discurso, quais são as intencionalidades do sujeito falante – um pensamento em via de se fazer. O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona (FOUCAULT, 2006, p. 253).

Ainda segundo o autor, a arqueologia do discurso articula quatro dimensões integradas ao analisar a sua constituição: i) objetos; ii) tipos enunciativos; iii) conceitos e iv) estratégias. Entender como um determinado discurso surge e é reproduzido é possível através das articulações entre estes aspectos. E além, compreender a formação discursiva é fundamental para chegar à produção deste, pois “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” diz Foucault (2005, p. 205).

Desta forma, torna-se necessário atentar as condições nas quais o discurso foi produzido, considerando as limitações impostas pelo contexto histórico e restrições internas e externas visto que cada sociedade acolhe e faz funcionar os discursos, além de distinguir os enunciados falsos dos verdadeiros.

Por fim, Michel defende que é necessário ficar no nível de existência das palavras e recusar as fáceis interpretações e a busca insistente do sentido último ou oculto dos enunciados. Fisher (2001) afirma que a primeira tarefa é tentar desprender-se de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos, como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de reais intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis.

## 2.2 CLASSIFICAÇÃO

Os discursos analisados foram classificados em cinco abordagens distintas de acordo com a intencionalidade do enunciado e pelo direcionamento político que se objetiva. Entende-se que “[...] onde quer que haja discurso há palavras de ordem, a disciplina e o controle com que ele alimenta, e dos quais se alimenta. Por todo esse espaço, a todo tempo, enuncia-se o visível e, portanto, o vivível” (GOMES, 2003, p. 103).

**Abordagem Microação:** neste formato de abordagem, o futuro do planeta se limita a uma preocupação individualista. Nesta perspectiva, a Educação Ambiental constituir-se como um discurso legitimado pela mídia que opera no nível do coletivo com aspirações de chegar até o indivíduo em suas ações diárias. Pouco a pouco, a mídia doutrina para formas corretas de se comportar frente à problemática ambiental e para o fazer ecologicamente correto. É válido ressaltar que essa mudança comportamental ensina e constitui formas de viver através da pedagogia. Ao longo das manchetes e editoriais, por exemplo, ditam como, onde e quando fazer e assim direciona e conduz a vida de cada indivíduo.

Neste ponto, é possível articular a estratégia de controle comumente utilizados pelas mídias na fabricação de poderes com o conceito de biopoder preconizado por Michel Foucault entre 1974 e 1979. Este assume a forma de biopolítica da população, ou seja, busca-se a regulação das massas, utilizando-se de saberes e apelos marcados pelo educar e pela a autoconsciência para controlar o cotidiano.

Nestes discursos, o alvo é capturar cada um dos indivíduos para que atuem de forma coletiva na busca pela superação da crise ambiental. O endereçamento é que através da ação de cada sujeito, ações conjuntas repercutam na transformação do meio ambiente.

**Abordagem de Mitigação Sistemática:** esta abordagem, os discursos defendem ações voltadas a gestão e regulação institucionalizadas. Através dessas abordagens, estabeleceu-se um contingente significativo de conhecimentos, leis e medidas políticas que visam harmonizar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e a discricionariedade legislativa.

Frequentemente este tipo de abordagem garante um número significativo de adeptos e defensores da legitimidade do controle. Como exemplo, é possível utilizar as políticas de incentivos destinadas as indústrias automotivas para fabricação de motores energeticamente mais eficientes e, assim, mitigar o efeito da emissão de gases estufas na atmosfera. Em 2012, criou-se o Novo Regime Automotivo regulamentado pelo Decreto nº 7.819 que obriga das empresas a obedecer aos requisitos compulsórios e elegíveis no que tange o investimento em melhorias da eficiência energética dos veículos para obtenção de incentivos fiscais.

Não há dúvidas quanto a efetividade deste tipo de ação visto que grande parte dos veículos de passeio e comerciais leves vendidos no país ainda levam motores ineficientes, mas considerar este tipo de abordagem como ponto de chegada apresenta-se como uma escolha a se repensar. Aqui, deve-se considerar todo plano de mobilidade das cidades brasileiras, a utilização de veículos não motorizados, a expansão de faixas cicloviárias, a integração dos modais existentes, a formação de uma rede de transporte adequada e, principalmente, as escalas individuais e coletivas dos transportes.

Alguns aspectos discorrem deste discurso e devem ser considerados, tais como i) o entendimento coletivo que a crise ambiental estará solucionada no ato de promulgação da lei; ii) limitações para grupos empresariais e societários que desejam ir além dos padrões estabelecidos e iii) não de forma isolada, apresentam brechas motivadas por questões políticas.

**Abordagem Alarmista:** comumente, este discurso vem associado ao efeito de culpabilidade, pavor e medo pela perda dos recursos naturais disponíveis para sobrevivência. A estratégia de terror é recorrentemente acessada através de enunciados que reiteram a preocupação com o futuro do planeta. Interpelando os indivíduos a pensar nos riscos futuros e nas consequências de ações particulares, a mídia ergue-se como importante ferramenta biopolítica no controle e regulação da população.

**Abordagem Crítica:** os discursos que apontam nesta direção questionam o sistema produtivo atual e/ou para necessidade de reconfiguração dos sistemas sociais de produção e consumo, sua existência, o caráter público ou privado da produção. Mais frequentemente encontrado em discussões entre militantes, movimentos sociais e ambientalistas, o foco recai sobre a transformação societária e no questionamento intensificado aos padrões de consumo e industriais consolidados no capitalismo. Destaca-se a concepção da temática ambiental vinculadas aos processos de ruptura com a sociedade atual e formas alienadas e opressoras de vida. Loureiro (2004) defende que esta vertente vê o ser humano como “ser inacabado”, ou seja, em constante processo de transformação e que a partir desse movimento “age para conhecer e transformar e, ao transformar, nos integramos e conhecemos a sociedade, ampliamos a consciência de ser no mundo”.

**Abordagem Negacionista:** nos últimos meses, o direcionamento negacionista ou ceticista ganhou força após declarações do chefe do Estado brasileiro que convergem para essa abordagem. Essa perspectiva nega a realidade das crises ambientais ou, ao menos, negam que os indivíduos tenham papel relevante neste fenômeno. Geralmente, tratam as pesquisas científicas e alegações governamentais como pseudociência e, indo além, refutam dados estatísticos, medições e cálculos em detrimento de opiniões próprias, achismos, crenças ou ideologias políticas. Com vozes ativas na esfera pública e midiática, este tipo de discurso pode ser promovido e/ou financiado por grupos empresariais, políticos e formadores de opinião conservadores que buscam disseminar dúvidas e incertezas entre a população leiga como forma de dominação. Recentemente, têm ganhado fôlego e destaque nos meios

de comunicação e espaços desproporcionais ao mérito científico de seus argumentos. Em maio último, o Ministro das Relações Exteriores surpreendeu ao justificar as altas temperaturas registradas nos últimos anos como resultantes da localização dos termômetros e que “alguns países impõe um terror injustificado sobre temas climáticos.” (G1, 2019). Afirmações como a do chanceler brasileiro se somam a tantas outras como a do próprio Presidente da República Jair Bolsonaro e expoentes como o presidente norte-americano Donald Trump.

Algumas limitações são encontradas nos níveis de resposta apresentados. Entre elas, destaca-se a reciclagem, reuso e remanufatura. Na reciclagem, por exemplo, não são todos os materiais são passíveis de serem reciclados e nem se recicla 100% de nada. Além disso, se a matéria prima provém de um material não renovável, é válido destacar sua finitude. De forma semelhante, na abordagem crítica, questiona-se a produção e consumo como um todo, fato que inclui o questionamento da própria existência de um produto, por exemplo.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O conceito de desenvolvimento sustentável é relativamente recente e ainda está em construção, porém a definição mais aceita e amplamente difundida surgiu a partir da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e se coloca como:

Desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1988).

Segundo estudos de Denari et. al (2000), o termo possui uma longa história de construção que se arrasta desde a Segunda Guerra Mundial. Por muitos anos, não houve distinção entre desenvolvimento e crescimento. Torna-se válido ressaltar que crescimento econômico está relacionado ao Produto Interno Bruto (PIB) e a produtividade de um país, por outro lado, o desenvolvimento vai além. Este representa a aplicação de riquezas de modo a melhorar a qualidade de vida das pessoas em aspectos como saúde, educação e bem-estar.

Com o passar dos anos, a ideia de desenvolvimento sustentável foi incorporando alguns aspectos sociais como emprego, necessidades básicas, saúde, educação, entre outros. Essa transição para um novo paradigma de desenvolvimento parte para uma nova perspectiva que se baseia em pressupostos éticos, que demandam duas solidariedades interligadas: solidariedade *sincrônica*, com a geração atual, e solidariedade *diacrônica* com as gerações futuras (Sachs, 1990): ou seja, o bem-estar dessa geração não pode comprometer as necessidades futuras, sob o risco de reduzir as possibilidades de reprodução.

Embora generosa, essa proposta complexifica por envolver mudanças estruturais e contar com resistências sociais e políticas decorrentes da necessidade da mudança de hábitos e privilégios consolidados. Além disso, torna-se necessário problematizar que os grupos sociais mais vulneráveis muitas vezes não conseguem satisfazer suas necessidades atuais, menos ainda pensar nas gerações futuras. O aprofundamento do tema se dará nas continuações deste estudo.

### **3.1.1 RESGATE HISTÓRICO**

O desenvolvimento sustentável, conceito central dos discursos ecológicos, abrange uma infinidade de definições.

O primeiro grande salto que inseriu o termo na consciência dos indivíduos se dá no final da década de 60 como resultado de dois fatores fundamentais: i) a crise no

petróleo e ii) o relatório do Clube de Roma, *Os limites do crescimento*, em 1969. O relatório em questão apresentou perspectivas reais de esgotamento de matérias-primas, fontes energéticas, além de expor desastres antecedentes – de origem industrial – e percepções acerca dos efeitos do dicloro-difenil-tricloroetano (DDT) na degradação dos solos, na fauna e na saúde das pessoas. Tais fatos contribuíram significativamente no impacto da concepção tradicional de natureza disponível e inesgotável à exploração humana.

Em 1972, realiza-se a Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente (Estocolmo) em resposta aos dois eventos anteriores. Inicia-se, então, um amplo movimento ambientalista nos países desenvolvidos que abre o debate ideológico sobre os estilos de desenvolvimento. Todos os acontecimentos supracitados convergem para realização de um dos principais eventos de cunho ambiental já registrados, a Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92).

Tal evento ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992, e mobilizou países e a comunidade científica de todas as partes do planeta. Ali propagou-se a proposta do desenvolvimento sustentável e a Agenda 21 que focavam no desenvolvimento que comprometia as nações com as gerações futuras. Pela primeira vez, os países se mostraram abertos e organizados em prol de uma nova postura da sociedade diante dos desafios que se apresentavam.

Buarque (2002) reconhece que o conceito de desenvolvimento sustentável foi resultado de um amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais vigentes do período, além de se apresentar como a alternativa mais viável que se difundiam no período. Mas destaca que a concepção de ecodesenvolvimento preconizada por Ignacy Sachs (década de 70) contribuiu significativamente na construção dos conceitos.

Paralelamente, outras instâncias mundiais adotaram posturas semelhantes como o Programa das Nações Humanas para o Desenvolvimento (Pnud) que apresentou o conceito de desenvolvimento humano na década de 90:

...um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana. As opções por uma vida longa e saudável, ou por adquirir conhecimento, ou por um padrão de vida decente são fundamentais para os seres humanos (Pnud et al., 1998)

Tal conceito assegura que os frutos do desenvolvimento econômico seja traduzido em melhores condições de vida para os indivíduos. Também é importante ressaltar o conceito de equidade social como um dos objetivos centrais do desenvolvimento sustentável e fundamental para a competitividade das nações.

Percebe-se que todos os discursos têm em comum um conjunto de argumentos e intenções que sinalizam para uma finalidade: crescer economicamente sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas, garantindo a existência social e de outras espécies nas próximas gerações (LOUREIRO & LIMA, 2011).

No campo escolar, a prática do desenvolvimento sustentável, aparentemente consensual, manifesta-se nas práticas educativas e se desdobra nos mais diversos aparatos. Segundo Loureiro (2011), essas propostas estão centradas em um espírito solidário, em uma noção de valores universais que orientam a humanidade, e em soluções tecnológicas e gerenciais de um ambiente reificado. Tais orientações se apresentam de forma clara na apresentação da UNESCO em defesa da década da educação para o desenvolvimento sustentável (2005-2014).

Na qualidade de principal agência das Nações Unidas para a educação, a UNESCO deve desempenhar papel primordial na promoção dessa década, principalmente no que tange ao estabelecimento de padrões de qualidade para a educação voltada para o desenvolvimento sustentável. **Seu principal**

**objetivo é o de integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável a todos os aspectos da educação e da aprendizagem.** Esse esforço educacional irá incentivar mudanças de comportamento que virão a gerar um futuro mais sustentável em termos da integridade ambiental, da viabilidade econômica e de uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras. Isso representa uma nova visão da educação capaz de ajudar pessoas de todas as idades a entender melhor o mundo em que vivem, tratando da complexidade e do interrelacionamento de problemas tais como pobreza, consumo predatório, degradação ambiental, deterioração urbana, saúde, conflitos e violação dos direitos humanos, que hoje ameaçam nosso futuro. O impacto das políticas públicas implementadas até o presente pode gerar efeitos de escala planetária, e é importante conscientizar e sensibilizar o público sobre as implicações desses esforços de preservação. O Escritório da UNESCO irá desempenhar papel primordial na promoção da Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A preservação do patrimônio ameaçado só será possível com a compreensão e a responsabilidade compartilhada de diferentes gerações. **É fundamental seguir apoiando o aperfeiçoamento das políticas nacionais em ambos os temas, pois elas têm perfil transversal, com reflexos em várias áreas da vida nacional.** Nesse sentido, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) incorpora dois segmentos fundamentais dentro desse perfil transversal, quais sejam a educação ambiental e a educação científica.

(UNESCO, 2019, grifos do autor)

### **3.1.2 SUSTENTABILIDADE**

O conceito de sustentabilidade teve início, principalmente, a partir de preocupações com a preservação do meio ambiente, do uso dos recursos naturais renováveis e não renováveis, pelo receio dos limites da capacidade do planeta em

absorver os impactos antropogênicos e da crítica ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

Estudos mostram que os primeiros indícios do discurso da sustentabilidade datam em contextos históricos remotos. Lima (2003) defende, todavia, que as expressões mais modernas começaram a ser observadas a partir da década de 70 em movimentos sociais em defesa da ecologia, nas conferências internacionais e em trabalhos de autores pioneiros na temática.

O autor aborda, ainda, que tal discurso surgiu como um substituto do desenvolvimento econômico produzido pelos países centrais do capitalismo, sobretudo durante o período da Guerra Fria. Nesse momento, a questão ambiental demandava ampliar a crítica social a fim de incorporar diversos outros aspectos que perpassam as relações sociedade-ambiente.

Ao longo dos anos, uma nova consciência passou a constatar a impossibilidade de contrapor os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento simplesmente porque esses problemas eram resultantes do modelo posto em prática (GUIMARÃES, 1995). Desde então, o discurso da sustentabilidade vem sendo a expressão dominante no debate que envolve toda e qualquer questão ambiental.

O termo vem sendo amplamente pronunciado por diferentes sujeitos, em diversos contextos sociais e políticos e assumindo inúmeros sentidos, entre eles o campo da educação e do desenvolvimento sustentável.

Associado a isso, também observa-se uma crescente tendência a substituir a concepção tradicional de educação ambiental, até então dominante, por uma nova proposta de *educação para sustentabilidade*. Tal novidade discursiva apresenta-se desde as novas políticas educacionais, interpelando as produções acadêmicas assim como organismos internacionais.

Refletir sobre as relações entre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e educação ambiental de forma a entender a diversidade de sentidos envolvidos nesta construção, as contradições inerentes e o jogo de forças e interesses que se destacam tornam-se necessário neste estudo.

Antes disso, é importante recuperar alguns conceitos. De acordo com Loureiro e Lima (2011), sustentabilidade é um conceito oriundo das ciências biológicas e se refere à capacidade de suporte de um ecossistema, permitindo sua reprodução ou permanência no tempo. O termo significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em um dado ecossistema (CAVALCANTI, 1998).

Isso significa, trazendo para o plano social, que um processo ou um sistema para serem sustentáveis necessitam:

- (1) conhecer e respeitar os ciclos materiais e energéticos dos ecossistemas em que se realizam;
- (2) atender a necessidades humanas sem comprometer o contexto ecológico e, do ponto de vista ético, respeitando as demais espécies;
- (3) garantir a existência de certos atributos essenciais ao funcionamento dos ecossistemas, sem os quais perderiam suas características organizativas;
- (4) reconhecer quais são seus fatores limitantes, preservando-os para não inviabilizarem a sua capacidade de reprodução;
- (5) projetar a sua manutenção em termos temporais (necessidade de incorporar projeções futuras no planejamento das atividades humanas com base nos saberes disponíveis hoje). CALVALCANTI (1998).

Por outro lado, Jacobi (2005) defende que o conceito de desenvolvimento sustentável é o paradigma do caminho do meio entre o economicismo determinista, que dá prioridade ao crescimento econômico e o fundamentalismo ecológico, que prevê a inexorabilidade do crescimento do consumo e o esgotamento dos recursos naturais.

Ou seja, há uma contradição entre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Loureiro (2012) mostra que caminhando nos rumos atuais, onde o modelo praticado nos países desenvolvidos é o capitalismo urbano-industrial através do uso indiscriminado dos recursos naturais e energéticos, não pode ser expansível para toda humanidade, sob pena do rápido esgotamento das fontes de energia e matérias primas.

Desta forma, fica evidente a insustentabilidade de uma sociedade marcada pela desigualdade social que não respeita os ciclos da natureza. Loureiro e Lima (2011) apresentam esse como mais um caso de como os princípios são descolados das materialidades que os constituem e das relações sociais que os situam com dimensões sem historicidade.

A sustentabilidade também deve ser entendida como um campo discursivo onde há uma disputa pelo discurso verdadeiro. Lima (2003) percebe que a medida que esse debate se tornou socialmente difundido, as apropriações por diferentes forças sociais passaram a imprimir o significado que melhor representa seus valores e interesses particulares.

O ponto central deste estudo não perpassa a validade do debate sobre sustentabilidade como parâmetro para o desenvolvimento. Mas como a sustentabilidade é apresentada e onde intenta-se chegar com a influência dos discursos exibidos pelos canais de comunicação como produtores de saberes. Apesar dos questionamentos, as dúvidas não parecem preocupar os reprodutores do discurso dominante da temática ambiental e levam à questão central: que leitura de mundo estão sendo feitas e em que medida são leituras crítico-reprodutoras ou crítico-transformadoras?

A sustentabilidade defendida e debatida por defensores dos discursos hegemônicos não leva à redução das injustiças ambientais nem minimiza a demanda por matéria e energia, pois repousa sobre a pressão do sistema econômico. A busca pelo equilíbrio das modernas sociedades só gerou aumento de demanda de recursos

naturais e de exploração do trabalho (HARVEY, 2011; ALTVATER, 2010). O consenso se dá em torno das ações para resolução dos problemas objetivos e não se colocam premissas para explorar profundamente os problemas comuns ao meio ambiente (LOUREIRO & LIMA, 2011).

### **3.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: HISTÓRIA E CONTRADIÇÕES**

A história da educação brasileira é fortemente marcada pela condução de políticas econômicas que determinaram a finalidade do processo educativo ao longo dos períodos relevantes do país. Entender o direcionamento da construção política da educação é fundamental para entender a produção ou reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida em sociedade.

Falar em política educacional implica em considerar que a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso em cada momento histórico e conjuntura política, uma vez que o processo educativo forma aptidões e comportamentos que são necessários ao modelo social e econômico em vigor (AZEVEDO, 2001).

Apesar de inúmeras interpretações, a educação neste trabalho é tida como espaço concreto de ação-reflexão, com potencial para a formação integral dos sujeitos sociais e desempenha um papel fundamental de transformação social. De acordo com Mészáros (2007, p.217) para o desenvolvimento de uma consciência educacional:

...o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida "sociedade de produtores livremente associados". Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho seja concretizada como uma tarefa inevitavelmente educacional.

O conceito de educação, enquanto prática social construída historicamente, é espaço de disputa entre diferentes concepções de mundo, de homem e de sociedade. Em 1930, o então presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação que objetivava concentrar as proposições de reforma e leis de cunho educacional e organizar as diretrizes gerais para as escolas.

Desse período são os primeiros relatos de diversificação da educação em dois formatos: i) uma que formava a elite intelectual e ii) outra que preparava os indivíduos para a produção operacional. Neste momento histórico, muitos pesquisadores surgiram com propostas para a educação. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi um deles.

O Manifesto lutou pela implementação de uma educação com caráter social pautada nos princípios de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita que o Estado deveria garantir o ensino a todos. Essa proposta foi contemplada em partes pela constituição de 1934, fato que permitiu avançar no debate educacional.

Giron (2007) apresenta que neste período, datam os relatos da construção da nacionalidade, visando à criação de um Estado nacional soberano e centralizador que tornaram a escola um local de ordenação moral e cívica, da obediência e do adestramento que se perpetuou até o final da década de 70.

A partir de 1980, algumas mudanças foram percebidas em especial no que tange à relação com a proposta neoliberal, que visavam, prioritariamente, à formação de indivíduos que adquirissem novas habilidades e comportamentos para atender ao mercado industrial, através da uniformização integral e global (MELO, 2004).

Influenciadas pelos apelos internacionais, as políticas educacionais brasileiras não foram diferentes das encontradas na França no período e foram alvo das reflexões de Christian Baudelot e Roger Establet. Os autores publicaram, em 1971, a obra *L'École capitaliste en France* (A escola capitalista na França) que desenvolve uma teoria dualista do sistema educacional.

De acordo com os autores, a escola passa longe de ser um ambiente que oferece chance a todos de forma homogênea, mas, no oposto, prepara uma rede primária profissional destinada a fornecer mão de obra de execução, e uma segunda, secundária superior que prepara para as funções de comando e, desta forma, sujeita cada indivíduo a integrar seu meio de origem - proletariado ou burguesia - desde o primário.

Nesse cenário, a divisão social do trabalho promove percursos de formação amplamente distintos. Se por um lado o primário profissional dá acesso ao mercado de trabalho e ao mundo da produção material, por outro, desempenha uma função política e ideológica de imposição dos princípios da burguesia e reprodução das desigualdades sociais existentes.

Nesse contexto histórico, atribuiu-se a educação o papel de manter o Brasil em níveis competitivos mundiais. O campo educacional passou a focar em conceitos como modernização, eficiência, produtividade e competitividade de forma a elevar o País a um crescimento econômico forte e global.

Kuenzer (2002) destaca que o conceito de competências assume um papel fundamental na Educação, visto que as mudanças econômicas demandaram uma complexificação dos processos produtivos que exigiram que os trabalhadores desenvolvessem capacidades cognitivas mais profundas, em especial as que estão relacionadas ao estabelecimento de comunicações claras.

Neste ponto, torna-se válido resgatar as reflexões de Louis Althusser (1970) em *Les appareils idéologiques d'État* (Os aparelhos ideológicos de Estado) que inspirou inúmeras pesquisas acerca do tema. Inicialmente o autor realiza a distinção entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos do Estado. O primeiro indica que a repressão em questão funciona através da violência como polícia, exército, prisões, etc. O segundo, atua sob forma de instituições ideológicas especializadas como escolas e igrejas.

Enquanto o aparelho repressivo pertence ao domínio público, a maior parte dos aparelhos ideológicos remete ao domínio privado. A repressão dos aparelhos ideológicos é bastante atenuada, dissimulada e simbólica e não são apenas meio, mas o próprio espaço da luta de classes. Em todos os casos, a função é a mesma: reproduzir relações sociais de produção.

Com esse breve resgate histórico da Educação é possível perceber que as diretrizes educacionais no Brasil se sustentam como reprodução econômica e ideológica dos grupos detentores do capital. As ações propostas, em resumo, revelam um interesse a ser definido. Giron (2007) argumenta que um projeto educacional traz em seu bojo a construção de uma sociedade e, quando seu desenvolvimento é sustentado por uma relação econômica, a concepção de sociedade que emerge é a que preza pela competição e exclusão.

De acordo com Saviani (1998), nas condições atuais, em que a estrutura econômica assume a forma do capitalismo financeiro, a racionalidade financeira passa a comandar as políticas de modo geral e, conseqüentemente, também as políticas sociais, dando origem à abordagem neoliberal das políticas públicas.

### **3.2.1 Pedagogia Histórico-Crítica: Filosofia e Psicologia**

É sabido que as tendências pedagógicas são um caminho para a superação da qualidade do ensino no ambiente escolar e que estas estão diretamente relacionadas com o contexto histórico em que estão inseridas. As práticas educativas devem caminhar para uma educação transformadora que supere os déficits sociais atuais, máxima defendida pela Pedagogia Histórico-Crítica.

Nos últimos anos, essa tendência pedagógica tem sido citada como um marco no movimento educacional brasileiro. O termo *histórico* provém do entendimento da influência da educação sobre a sociedade, contribuindo para suas múltiplas transformações. O segundo termo, *crítica*, surge da consciência da influência

contrária, ou seja, da sociedade sobre a educação (GASPARIN & PETENUCCI, 2014).

Saviani (2007) defende que esta concepção nasceu das necessidades postas pela prática docente, pois as pedagogias tradicionais, nova e tecnicista que emergiam até aquele momento consideravam a educação como ferramenta de correção das distorções sociais. Em outras palavras, faltava-lhes a consciência dos condicionantes históricos sociais da educação. O autor também identificou um segundo grupo que se pautava pela crítica-reprodutivista que não apresentavam práticas pedagógicas e que, de certa forma, reforçam a dominação e legitimam a marginalização pelo seu caráter mecanicista.

O autor defende que a tradução desta concepção visa compreender a temática educacional a partir do desenvolvimento histórico, portanto, a abordagem pressuposta é o materialismo histórico. Em outras palavras, é a compreensão da história a partir do desenvolvimento material e de condições materiais da existência dos indivíduos.

A filosofia que embasa a pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico-Dialético, preconizado por Karl Marx. O princípio básico desta lógica dialética é a contradição que indica que pensar na realidade implica em aceitar que ela possui muitas faces. Neste caminho lógico, parte-se da realidade empírica (real aparente), e por meio de abstrações, chega-se ao concreto pensado. Esse conceito, ainda segundo o autor, é a compreensão aprofundada do que há de essencial no objeto.

Sobre essa questão, escreve:

Com efeito, a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante

da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise como escrevi em outro lugar ou *détour* de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado de lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento se daria, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto (SAVIANI, 1991; p.11).

Quanto à psicologia, a pedagogia histórico-crítica está enraizada na teoria histórico-cultural de Vigotski, na qual o homem é compreendido como ser histórico construído através de suas relações com o mundo natural e social. De acordo com Vigotski (2001), o homem se diferencia das outras espécies pela sua capacidade de transformar a natureza através de seu trabalho e por meio de instrumentos por ele criados ao longo do desenrolar dos séculos.

Portanto, é a existência social dos homens que gera o conhecimento, pois este resulta do trabalho humano, através da reflexão sobre esse processo. O conhecimento, como fato histórico e social supõe continuidades, rupturas, reelaborações, reincorporações, permanências e avanços (GASPARIN, 2005).

Esta tendência pedagógica tem seus fundamentos epistemológicos no método dialético e na teoria histórico-cultural e seu ponto de partida no pensamento marxista. Saviani (1997) defende a importância desse referencial no processo de superação do senso comum educacional, pois permite alcançar a compreensão aprofundada da realidade através do processo de reflexão e da construção da existência humana no tempo.

Desse modo, a pedagogia histórico-crítica é uma síntese das propostas que criticam a sociedade capitalista e a educação como reprodutora das relações sociais, injustas e desiguais (SAVIANI, 1997). Seus pressupostos têm como ponto de referência a transformação da sociedade e não a sua manutenção e perpetuação. Essa tendência crítica é, portanto, uma proposta que orienta ações educativas para a

formação humana, como defendia Marx, em contraposição à formação humana unilateral, resultante das relações sociais de exploração da sociedade capitalista (MANACORDA, 1991).

### **3.2.2 Educação Ambiental Crítica**

Trein (2012) defende que, no Brasil, tardiamente e gradualmente a Educação Ambiental se incorporou ao campo educativo. Em um primeiro momento, através de práticas que voltadas para a solução de problemas mais imediatos e, sequencialmente, caminhou em direção ao aprofundamento dos aspectos teórico-metodológicos que davam suporte às ações no longo prazo.

Para adentrar na discussão, é necessário delinear traçados teóricos que mobilizam o estudo. Segundo Loureiro & Lima (2011), a educação ambiental nasceu no seio do movimento ambientalista que se iniciou nos anos de 1960, a partir dos movimentos pacifistas, de contracultura e da discussão oriunda da ecologia política europeia.

No Brasil, também foi fortemente influenciada pelo conservacionismo, e, a partir da década de 1980, por pesquisadores da educação que, influenciados pelos movimentos sociais, passaram a inserir propostas “socioambientais” que discutiam as formas de apropriação material e simbólica da natureza no âmbito do modo de produção capitalista e suas implicações estruturais (LOUREIRO, 2012).

A EA é, por natureza, um campo de conhecimento plural e que concentra diversas disciplinas científicas, atores, movimentos sociais e matrizes filosóficas. Muitas foram as tendências dominantes que definiram a direção de sua trajetória histórica e a vertente crítica foi uma destas perspectivas político-pedagógicas centrais que abarcavam essa diversidade constitutiva.

De acordo com Lima (2009), essa reflexão tem validade tanto pela contribuição já acumulada quanto em relação aos novos desafios constantemente multiplicados pelo avanço da degradação ambiental e social, pelo aprofundamento das desigualdades e exclusões, pela enganosa difusão de discursos como a educação para o desenvolvimento sustentável e, por fim, pela incorporação das ideologias neoliberais como referenciais.

Costa (2015) destaca que diversas práticas educativas, supostamente voltadas à temática ambiental, não estão inseridas nas lutas sociais, ou foram esquecidas, ignoradas, ou silenciadas na caminhada pedagógica do tema, assim como não consideram a distribuição desigual de riqueza e o uso intensivo dos recursos naturais. O autor complementa esta afirmação ao defender que a discussão geralmente obedece a lógica do mercado em detrimento do compromisso com a sociedade e com a dignidade humana.

Nesse contexto, a educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória emerge da pedagogia crítica, apresentada no subcapítulo anterior. De acordo com Loureiro (2007) a característica principal desta abordagem é considerar que, assim como outras perspectivas que se referem à criação humana, a EA precisa vincular os processos sociais aos ecológicos em toda e qualquer leitura de mundo a ser concretizada, na forma de atuar sobre a realidade e sobreviver na natureza.

Assim, a Educação Ambiental crítica, transformadora e emancipatória emerge da pedagogia crítica, que tem seu ponto de partida na teoria crítica de interpretação da realidade social. (LOUREIRO & TREIN, 2009, p. 85-6)

Além de Demerval Saviani, que contribuiu de forma significativa na produção acadêmica deste campo, Paulo Freire também possui papel fundamental neste campo. Aceitar as premissas defendidas por esses autores direcionam a educação ambiental para além daquela que ensina exclusivamente assuntos biológicos e nas

tendências de atuação ecologicamente corretas, mas discutir, refletir e repensar valores, atitudes e habilidades.

Freire é um dos autores que embasam o referencial teórico e metodológico da educação nos dias atuais com a pedagogia do oprimido. De acordo com Loureiro et al (2009), o processo de conscientização como elemento central do processo educativo é um processo radicalmente comprometido com a transformação da sociedade, compreendida como injusta e desigual. Sendo assim, ao trilhar os caminhos da EA é fundamental entender a posição ocupada por cada uma das partes na estrutura economia.

Nesse sentido, a educação de Paulo Freire é vista como uma educação política. E neste ponto se confronta com a educação tradicional. Esta última, de acordo com Freire (1980) é a chamada “educação bancária” quando o sujeito de adapta ao modelo de organização social pré-estabelecido pelas relações sociais historicamente determinadas.

Segundo Loureiro et al (2009), o pensamento de Paulo Freire se baseia em um processo educativo que problematiza as relações sociais de exploração e dominação. E, a partir da conscientização dos sujeitos, garantem as condições objetivas de transformação social (FREIRE, 1990). Nessa abordagem, pretende-se tecer críticas ao padrão de sociedade atual e o *modus operandis* das práticas dominantes.

Por outro lado, Saviani constitui uma referência ímpar no entendimento da pedagogia crítica no Brasil. No livro Escola e Democracia (1987), apresenta duas teorias educacionais existentes no contexto histórico. A primeira, a crítico-reprodutivistas e a segunda a crítico-transformadora. Para ele, a educação na sociedade atual, ou seja, aquela inserida no sistema econômico capitalista, deve contribuir para transformação da sociedade, e, se essa transformação é o objetivo político da educação, seu papel é contribuir neste processo, visto que:

A pedagogia revolucionária é crítica. E, por ser crítica, sabe-se condicionada. Longe de entender a educação como

determinante principal das transformações sociais, reconhece ser ele elemento secundário determinado. Entretanto, longe de pensar, como faz a concepção crítico-reprodutivista, que a educação é determinada unidirecionalmente pela estrutura social dissolvendo-se a sua especificidade, entende que a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade. Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade. (SAVIANI, 1987; p. 68-69)

Nesse sentido também caminha Carvalho (2004) quando reivindica uma dimensão ético-política transformadora para as práticas educativas de maneira a influir na forma como as atuais e futuras gerações se relacionam com a natureza e demais sujeitos sociais.

### **3.2.3 Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável**

Os princípios da educação ambiental declarados na Conferência de Tbilisi (UNESCO & UNEP, 1978) já incluíam os elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Alguns aspectos definidos foram a adoção de perspectivas locais e globais; promoção da solidariedade internacional; necessidade de considerar os aspectos sociais do ambiente e as suas relações entre a economia, o ambiente e o desenvolvimento; entre outros.

A educação ambiental está, portanto, intimamente ligada ao desenvolvimento sustentável. Essa relação, todavia, pode ser percebida sob diferentes perspectivas, como se segue:

Para alguns, o DS é o objetivo mais ambicioso da EA, assim, o termo educação ambiental para o desenvolvimento sustentável (EAPDS) é proposto. Para outros, o DS refere-se aos objetivos específicos, que deve ser adicionado para a EA, assim, utilizam a expressão educação para o ambiente

"e" para o desenvolvimento sustentável. Para a UNESCO, num documento proposto durante a Eco-92, a EA é apenas uma das temáticas que contribui para o DS. Ainda para outros, o termo EA implicitamente inclui a educação para o DS e, portanto, a mudança da terminologia faz-se desnecessária. (SAUVÉ, 2011).

Alguns autores defendem que a EAPDS surgiu como uma tentativa de superar alguns problemas apresentados na concepção tradicional de educação ambiental ao reduzir temas como a crise ambiental como uma crise ecológica, ao confundir meio ambiente com a natureza, ao desprezar as dimensões políticas, ao apresentar uma realidade fragmentada e propor respostas comportamentais para problemas complexos (STERLING, 2001; TILBURY, 1996; SAUVÉ, 1997).

Lima (2003) defende que educar para o desenvolvimento sustentável converte-se numa expressão vazia e duvidosa dado a diversidade de sentidos atribuíveis aos termos e a incompatibilidade entre alguma de suas premissas, e compara seu objetivo como a situação de um passageiro que embarca em um trem sem saber o sentido.

Também por esses motivos, Sauvé (1997) defende a urgência em discutir as diferenças entre os discursos e confrontar os conteúdos implícitos nos modelos de educa o disponíveis, assim como seus valores, interesses, objetivos, pressupostos e o público a que se destina.

  consenso que o interesse em definir o conceito da EAPDS tem sido motivo de discussão nos últimos anos. Entretanto, essa nova abordagem não parece adicionar novos objetivos ou princípios a EA conservadora, muito menos propor uma nova abordagem educativa. As características se mant m similares às identificadas previamente pela UNESCO (UNESCO-PNUMA, 1986): holismo, interdisciplinaridade, classifica o de valores e integra o, pensamento crítico, debate, aprendizado ativo, etc (SAUVÉ, 1997).

O que se observa hoje   que o conceito de EAPDS tem sido utilizado para promover iniciativas que se apoiam na sabedoria da utiliza o dos recursos,

desconsiderando as necessidades dos direitos das populações que habitam esse ambiente, ou seja, considerando um ecossistema de equidade.

Sauvé (1997) defende que as ações educativas baseadas na EAPDS sustentam concepções e fundamentos teóricos duvidosos, e com isso produz discursos inadequados e inconsistentes, e reduz qualquer discussão ao mínimo ao enfatizar a ação. Aqui, a Educação é primeiramente percebida como um “investimento central da economia para o desenvolvimento da criatividade, produtividade e competitividade” (UNESCO, 1992).

A estrutura de análise de Bertrand & Valois (1992) é fundamental para a o exame crítico desse discurso sobre a educação para o DS: "necessidade de competição", "educação para a produtividade", "capital humano", etc. Sterling (2001), em uma análise mais genérica, questiona a utilização deste discurso a partir da sua instrumentalidade, ou seja, direcionada previamente a um fim específico.

O autor rejeita o modelo pragmático da educação orientado pelas demandas da economia, que tem uma tendência a priorizar a profissionalização do mercado de trabalho, e, em última análise, contraria o espírito da educação enquanto prática de liberdade. Valores como eficiência, controle de qualidade, competitividade são exacerbadamente valorizadas enquanto o pensamento crítico e autonomia são secundarizados.

Em suma, a Nova Direita, ou as forças neoliberais e neoconservadoras capturaram e mudaram a agenda educacional. Isto aconteceu em vários sistemas educacionais do ocidente. Este impulso poderoso parece ter começado através da influência das agências internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e o Banco Mundial, os quais, a partir de 1980, produziram relatórios que apontavam a necessidade de reestruturar a educação de acordo com o ajuste estrutural da economia (STERLING, 2001, p. 39).

Lima (2003) faz um alerta ao constatar que a educação para a sustentabilidade tem uma tendência em ressaltar a necessidade de mudanças individuais de comportamentos e atitudes em detrimento de mudanças que envolvem processos políticos, econômicos e sociais. Tal posição supõe uma desresponsabilização dos agentes coletivos, como por exemplo os governos. E, ainda, silencia quanto aos impactos ambientais decorrentes da produção e consumo de países desenvolvidos.

A partir da compreensão de que a educação é um instrumento fundamental para chegada a um determinado objetivo, espera-se que esta seja capaz de superar os limites e contradições e não se apoiar em mudanças adaptativas que apenas garantam uma reprodução sistêmica superficial e simplista.

## **4 MICHEL FOUCAULT E A ARQUEOGENEALOGIA**

### **4.1 HISTÓRIA**

Michel Foucault foi um filósofo francês que nasceu em 1926, em Poitiers, e faleceu em 1984. Sua obra se situa no período dos anos 60 a 80. Foi aluno da Sorbonne, onde se formou em filosofia e psicologia e ficou reconhecido como um intelectual militante e ativista, tendo atuado junto a diversos grupos envolvidos em campanhas contra o racismo, direitos humanos e campanhas pela reforma penal.

Citado como estruturalista e pós-modernista, suas teorias abordam principalmente a relação entre o poder e o conhecimento, e como são utilizadas com objetivo de controle social através das instituições. No livro “Vigiar e Punir” (1975) fez uma análise da transição da tortura para a prisão como um modelo punitivo conhecido hoje.

Ao interpretar o material produzido pelo autor, percebe-se que, apesar de contribuir em diferentes frentes, sua obra retorna a um eixo principal ao tentar entender a sociedade e as identidades que estão em circulação em um determinado

período da história. Uma das principais contribuições de Foucault foi desvendar como os discursos, poderes e saberes atravessam os indivíduos e fazem com que, historicamente, a sociedade tenha se constituído o que ela é hoje. E, principalmente, ir além do diagnóstico e mostrar formas de atuação para que os resultados fossem diferentes na França nas décadas de 70 e 80.

A partir da leitura de suas obras, é possível concluir que para Foucault o discurso é fundante. O autor defende que os sentidos não pré-existem às palavras, mas o oposto, são os discursos que produzem as verdades em determinado contexto histórico, reflexão que o autor chamou de ontologia crítica do presente. Em outras palavras, Michel buscou compreender as subjetividades e identidades dos indivíduos no tempo presente ao estudar na descontinuidade da história os discursos produzidos.

Maria do Rosário Gregolin (1995), livre-docente em Análise de Discurso pela UNESP-Araraquara e uma das referências brasileiras no estudo das obras de Foucault, divide a obra do autor em três momentos distintos, porém conectados. O primeiro momento é arqueológico é conhecido na literatura como arqueologia do saber. O segundo, a genealogia do poder e o terceiro a genealogia da ética. Apesar da divisão, a autora afirma que não há ruptura entre os três momentos, já que os mesmos conceitos são acessados ao longo do tempo.

Devido às limitações deste estudo, a exposição da biografia do filósofo apresentou-se de forma sucinta, visto que as reflexões enfatizaram aspectos que pareçam mais relevantes para a pesquisa em si e para as problematizações que virão a seguir. De forma resumida, o que dá organicidade ao legado de Michel Foucault é a formação do sujeito e como foi construído historicamente até chegar no que é hoje.

## **4.2 ANÁLISE DE DISCURSO E SUAS MATERIALIDADES**

Gregolin (1995) resume que a análise de discurso é o campo da pesquisa que estuda a linguagem e a produção de sentido na sociedade. Toda produção de sentido

é um discurso que pode ser oral, escrito, pintado, apresentado através da arquitetura, ou seja, pode ser exposto de diversas formas desde que produza algum tipo de sentido para as pessoas. Entretanto, Foucault defende que não há discurso que não seja controlado pelo poder ou discurso que seja livre.

Esse campo de pesquisa nasce na França nos anos 60 em um contexto bastante particular. O país europeu enfrentava crises políticas, históricas, sociais como a Revolta dos Estudantes que se desenrolou ao longo de 1968 e atacou, entre outras frentes, o sistema educacional francês. Ou a Guerra da Argélia que pressionava a França, país referência em tradição democrática, pela sua libertação colonial. No mesmo período e em um contexto internacional, desenrolava-se a Guerra do Vietnã e outros novos movimentos sociais que acarretaram transformações significativas nos costumes e comportamentos, que, de certo modo, ressoaram dentro da intelectualidade francesa.

As crises levaram às transformações na maneira de pensar a produção do conhecimento, já que nesse contexto histórico a França já contava com grandes intelectuais que influenciavam nas dimensões políticas, econômicas e sociais. Nesse momento de tensão política, Foucault foi pioneiro em questionar o papel do intelectual ao refletir sobre a atuação limitada dos cientistas na academia e pouco útil aos interesses da sociedade.

Ainda de acordo com a autora, esses questionamentos aliados ao contexto histórico-cultural levou o referido autor a propor uma politização da produção do conhecimento e a análise de discurso nasce neste momento. A proposta do tema foi servir de instrumento de leitura dos sentidos.

Apesar de subjetividade da AD, Foucault defende que a materialidade é a forma com a qual os discursos são elaborados e não há discurso abstrato ou que não tenha uma forma. Essa materialidade é uma forma de linguagem. Em uma fotografia, por exemplo, a materialidade seriam as formas, o enquadramento, as cores, enquanto em uma dança, seriam os gestos, o olhar, ou a forma como o corpo se movimenta.

A partir dessas análises, Foucault objetiva em um primeiro momento entender como as formas funcionam para então conseguir provar que os entendimentos e comportamentos são diretamente influenciados pelas estratégias discursivas.

#### **4.2.1 O discurso no campo educacional**

A associação entre discurso e educação se justifica na medida em que a proposta do presente trabalho foi analisar discursos de textos amplamente difundidos nas mídias, voltados à temática ambiental e que perpassam conceitos direta ou indiretamente apreendidos em instituições escolares. Gallo (2015) faz um resgate histórico da introdução dos conceitos de Michel Foucault no campo de estudo educacional e explora a fecundidade de sua obra tratando as ferramentas conceituais de seu legado.

O autor inicia ressaltando as contribuições do filósofo nas diversas áreas de saber como Filosofia, Psicologia, História, Direito, entre outras, através de um pensamento transversal. Por outro lado, Foucault não dedicou seu tempo e habilidades aos estudos educacionais, salvo momentos pontuais. Ainda assim, muitos de seus conceitos foram apropriados pela educação e, por tal motivo, torna-se válido refletir sobre a atualidade do seu pensamento para o campo educacional.

Em seu livro *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, Foucault teceu comentários pontuais, porém críticos, à Pedagogia. As críticas não impediram a apropriação de seus conceitos por pesquisadores da área. Gallo (2015) defende que a obra do filósofo ganhou repercussão no campo educacional pela via dos estudos culturais e divide a produção acadêmica brasileira no que tange a educação sob o impacto Foucaultiano em três momentos.

O primeiro marcado pelas pesquisas focadas no disciplinamento e análises do poder disciplinar a partir da década de 80. O segundo momento, mais recente, observa-se nas publicações com a temática de governamentalidade. A terceira e

última, ainda mais recente, debruça-se em torno dos conceitos de cuidado de si buscando as interconexões com a temática ambiental.

Torna-se válido destacar o papel das instituições na normalização dos indivíduos através de procedimentos que buscam, na prática, direcionar a condução humana. No campo educacional, Carvalho (2014) ressalta a concepção de um laço inequívoco entre as verdades produzidas e ensinadas que objetivam formar os sujeitos da educação para as estratégias globais de governamentalidade, por exemplo: obediência, utilidade, normalização, respeito às hierarquias sociais e acessos a conjuntos específicos de saberes.

Ainda no campo das instituições, Foucault (1999) aproxima o ambiente fabril das escolas, ambos como ambientes disciplinares que se apoiam na vigilância hierárquica, no exame e nas sanções normalizadoras. O discurso produzido nestes ambientes constitui-se como uma forma de poder que objetiva produzir sujeitos moldados para aceitar as rotinas que lhe serão impostas. Segundo Varela (1996) o ambiente educacional moderno prioriza a produção de um determinado modo de ser em detrimento da aprendizagem de conhecimentos.

Também destaca-se a importância do discurso explicitado nas escolas, geralmente associados à figura do professor. O professor é responsável por “dar justificadas às conduções possíveis para aquilo que se pode saber, fazer e ser no contexto escolar. O professor é um gestor dos focos de experiências possíveis no cotidiano escolar”. (CARVALHO, 2014, p. 108).

Nesse sentido, manifesta sobre a importância do discurso como fundantes para definir as orientações e referência para proposição de uma educação que faça sentido aos projetos de direcionamento político. Assim, depara-se com as discursividades políticas que respaldam a Educação no ato de conduzir a vida dos sujeitos na dimensão de suas organizações e embasar de certezas e verdades ao viver de modo natural, atingindo, em certo ponto, as liberdades individuais.

Rodrigo (2003) resgata reflexões de Adam Smith, considerado um dos principais teóricos do liberalismo clássico, que acreditava que a erradicação da pobreza e a formação de sujeitos com maior moralidade se dava através da educação. Entretanto, essa moralização pode ser compreendida como a produção de sujeitos alinhados aos valores e crenças da burguesia europeia, e, portanto, aptos a condição de trabalho. A cidadania que seria desenvolvida por meio da educação permitiria criar um laço do indivíduo com uma coesão nacional e também fazê-lo aceitar a sua condição social (FERRER, 2005).

Saraiva (2015) defende que, embora mudem-se as estratégias, os grupos hegemônicos permanecem utilizando a educação como ação biopolítica de (con)formar os indivíduos. Se antes esta ação era concebida e desenvolvida como uma política de Estado, hoje proliferam-se uma infinidade de instituições implicadas, entre elas os canais midiáticos, tema que será abordado a seguir.

#### **4.2.2 Jornais: o poder do discurso**

Ao olhar páginas de jornais não é difícil perceber a intencionalidade em delinear e eleger os acontecimentos e enunciados que merecem destaque, e, conseqüentemente, atenção do público. Não poderia ser de outra forma visto que o berço do jornalismo conclama a ações políticas, união de ideias e mobilização em torno de lutas.

Analisando de forma superficial, as estruturas de um canal de comunicação podem parecer meras posições ideológica de empresas jornalísticas marcadas pelo viés da crítica, da vigilância e da denúncia, entretanto, é preciso explorar as perspectivas de abordagens de modo a compreender a verdadeira natureza da mídia como local de abrigo e reforço de poderes.

Foucault (1990) já tecia reflexões acerca do caráter enigmático e ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculto, investida por toda parte, que se chama

poder. Nesse ponto, é possível relacionar coerentemente o pensamento foucaultiano com o de Gramsci. Os dois autores encaram o conceito de poder a partir de uma perspectiva relacional ao tratar, por exemplo, a hegemonia como um conceito que vai além da imposição e atravessa os campos da sedução e conquista consensual dos grupos hegemônicos através da ideologia.

Nas teóricas foucaultianas, o poder apenas com a função de censurar e reprimir seria muito frágil e por isso o conceito se apoia na capacidade de produzir efeitos no nível do desejo e do saber. Nesse sentido, cabe a mídia o exercício de doutrinar e seduzir, utilizando-se de padrões comportamentais e mecanismos que internalizam as ideias e controles.

Como visto anteriormente nesta pesquisa, a sociedade disciplinar é, em resumo, a adequação e funcionalidade dos indivíduos em relação à normas vigentes que datam desde as sociedades mais antigas como a Legião Romana, no período escravagista, na Idade Média, mosteiros, entre outros. Entretanto, Foucault aponta que foi a partir do século XVIII que o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova ferramenta de gestão dos homens.

Sob esse ponto de vista, torna-se oportuno retomar ao jornalismo. Gomes (2009) afirma que os veículos de comunicação, ao definir temas e abordagens, aponta o direcionamento e as pautas que serão privilegiadas em detrimento de outras. Em outros termos, decide, implicitamente, o que é importante ser lido pelos leitores. Por outro lado, simula, através dos fatos escolhidos, uma inocência que não lhe cabe.

“As noções de importância, de necessidade, de interesse são mil vezes mais determinantes que a noção de verdade. De modo algum porque elas a substituem, mas porque medem a verdade do que digo” (DELEUZE, 1998, p. 162). Além da importância, também é possível discutir o posicionamento dos temas selecionados e a posição privilegiada do jornalismo na tarefa disciplinar.

Gomes (2009), após diversas pesquisas no campo jornalístico, explica que os discursos assertivos, ou seja, aqueles que tem por objetivo apresentar uma informação incontestável, são os que intencionalmente não pretendem deixar margem para diálogos e contrapontos, sendo assim, disciplinares por natureza como efeito de sua forma de construção. Nesse contexto, o receptor geralmente é tratado como consumidor, fato que legitima a própria engrenagem da comunicação.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – “transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 16).

Em última instância, é válido destacar o comportamento e posição dos sujeitos (leitores), bem como a construção destes indivíduos em sujeitos do discurso. Pêcheux (2009) ao abordar a questão do discurso e sua relação com o sujeito, remeteu a perspectiva de Althusser. Este último considera que os indivíduos são constituídos em sujeitos, a partir de condições materiais e operados pela ideologia. E complementa abordando que a concepção ideológica do sujeito tem como ponto de partida o indivíduo como possuidor de uma subjetividade única e universal.

Ao aplicar toda essa lógica no objeto de estudo desta pesquisa, o campo da educação ambiental, é possível tecer algumas considerações. É inegável o aumento dos discursos ambientais, nas áreas de preservação e desenvolvimento sustentável. Nunca antes o tema foi tão visitado e revisitado e tal é a justificativa para analisar, em profundidade, o modo como a temática é abordada.

## 5 RESULTADOS

O objetivo proposto deste trabalho foi reunir as enunciações dos materiais selecionados e analisar como discurso da educação ambiental vem sendo exibido pelos canais de comunicação, não apenas como veiculador de saberes, mas como produtor destes. A base teórica de Michel Foucault suportou o acesso ao material de estudo ao desnaturalizar a maneira como o discurso ambiental é posto pela mídia.

O Grupo Globo ocupa um posicionamento importante na história da mídia no Brasil a frente de algumas das principais revistas, filmes, músicas, jornais e emissoras hoje no país. O material utilizado para este estudo, o jornal O Globo, possui mais de 230 mil assinantes - apenas na versão impressa. E, apesar da queda mundial na circulação de materiais impressos, o Jornal segue conquistando novos leitores pela venda digital.

É sabido que o jornal em questão, ao mesmo tempo produto e produtor da vida moderna, obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma impressa e/ou digital e assume formas que nem sempre se aproximam de informações transparentes e imparciais acerca de um determinado tema. Desta forma, abaixo encontra-se a análise desta potência comunicativa e seus enunciados.

Entre os dias 01 e 30 de setembro de 2019, todo o material publicado pelo jornal O Globo foi visitado com objetivo de identificar enunciados que tratassem da temática ambiental em abrangência nacional. Em 30 dias, foi possível encontrar 52 notícias de cunho ambiental, número relativamente baixo considerando que o atual governo está constantemente imerso em exposições relacionadas ao tema.

Das 52 reportagens, 16 foram excluídas por tratarem do tema de forma tangencial e não como foco central da reportagem. Para a análise deste estudo foram 36 enunciados. Conforme apresentado na metodologia deste trabalho, a partir da seleção, o texto foi analisado pela pesquisadora a partir do referencial teórico da

Análise de Discurso e categorizado de acordo com a abordagem estabelecida com o leitor.

As evidências encontradas estão listadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados encontrados

<b>Índice</b>	<b>Seção Jornalística</b>	<b>% Ocupação da Página</b>	<b>Abordagem</b>
1	País	30%	Sistemática
2	País	15%	Sistemática
3	Sociedade	15%	Microação
4	Sociedade	5%	Sistemática
5	Sociedade	10%	Sistemática
6	Primeira Página/Sociedade	20%	Alarmista
7	Sociedade	10%	Alarmista
8	País	5%	Microação
9	País	20%	Sistemática
10	Sociedade	20%	Sistemática
11	Sociedade	40%	Alarmista
12	País	30%	Sistemática
13	Sociedade	15%	Microação
14	Sociedade	15%	Sistemática

<b>Índice</b>	<b>Seção Jornalística</b>	<b>% Ocupação da Página</b>	<b>Abordagem</b>
15	Sociedade	10%	Microação
16	País	30%	Sistemática
17	Sociedade	5%	Microação
18	Sociedade	15%	Sistemática
19	Sociedade	50%	Sistemática
20	País	20%	Alarmista
21	País	25%	Alarmista
22	Sociedade	10%	Sistemática
23	Sociedade	10%	Microação
24	Sociedade	5%	Alarmista
25	Sociedade	15%	Sistemática
26	Sociedade	15%	Sistemática
27	Primeira Página/Sociedade	60%	Sistemática
28	País	15%	Alarmista
29	Sociedade	20%	Alarmista
30	Sociedade	20%	Microação
31	País	5%	Sistemática
32	País	15%	Sistemática

Índice	Seção Jornalística	% Ocupação da Página	Abordagem
33	País	30%	Sistemática
34	Sociedade	20%	Sistemática
35	País	40%	Microação
36	Sociedade	20%	Sistemática

Das 36 notícias encontradas no referido período, 20 apresentam a abordagem Sistemática, 8 apresentam o direcionamento para microação, 8 conduziram para a abordagem alarmista e 0 para as abordagens crítica e negacionista, conforme apresenta gráfico abaixo.

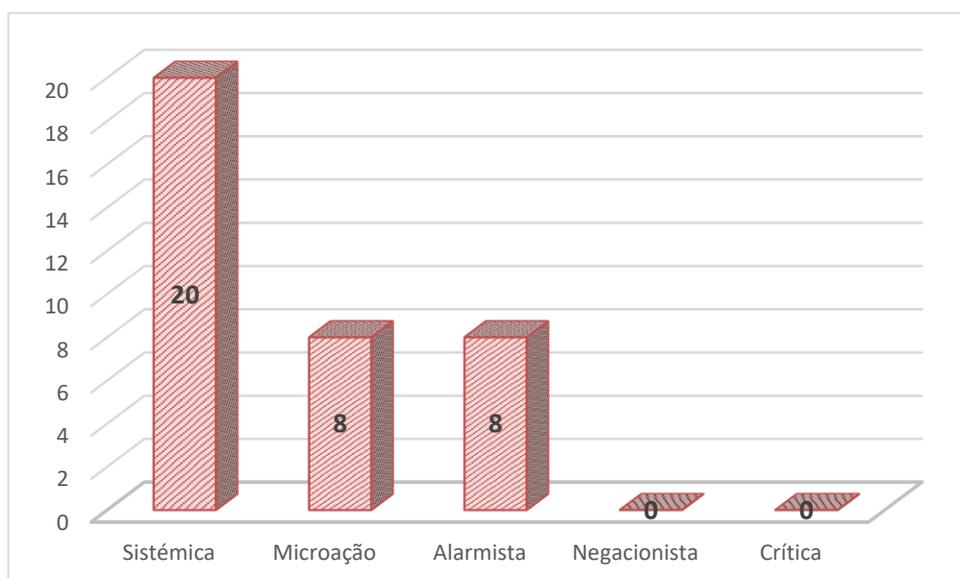


Gráfico 1 – Número de notícias em cada tipo de abordagem

A partir do material analisado, foi possível concluir que grande parte das notícias que se referem à temática ambiental, situam-se na seção Sociedade (58%) do jornal, seguido da seção País (36%) e destaques na Primeira Página (6%).

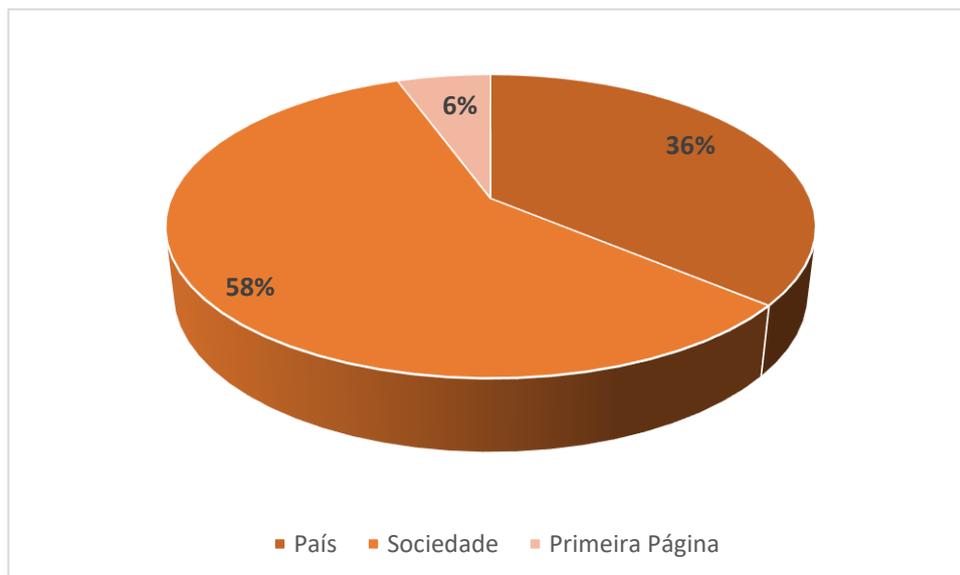


Gráfico 2 - Seções encontradas

A abordagem majoritariamente encontrada foi a **Sistemática**, aquela na qual os temas são voltados à gestão institucionalizada. Neste ponto, chamou a atenção a responsabilização das discussões para um terceiro sujeito, e não para o Estado, não para a sociedade, mas para um terceiro elemento nebuloso. Com objetivo de validar o discurso e embasar as reportagens, os autores recorreram frequentemente a leis ambientais e políticas públicas voltadas ao tema.

Neste discurso, buscou-se harmonizar o meio ambiente equilibrado e a legislação brasileira, assim, através de instrumentos “legítimos” introduz-se o conceito adestrador ao buscar adequar os indivíduos ao sistema social vigente. Tais enunciados, além de fragmentar o saber, perpetuam a estrutura social injusta ao não oferecer ao leitor uma compreensão holística e abrangente dos problemas ambientais.

Esta forma de aproximação do leitor é possível encontrar nos estudos de Foucault. Para o autor, além do caráter informativo, o jornal tem uma função docilizante como forma de proteção da riqueza da sociedade. Através dos enunciados que abordam a gestão institucionalizada do meio ambiente, o discurso adquire uma ofensiva moralizante sobre a população com objetivo de forjar indivíduos estabilizados e dóceis.

De forma similar, encontram-se as escolas. O sistema educativo promove a reprodução deliberada da ideologia dominante, e ensinam, entre outras coisas, a pontualidade, o respeito pela autoridade extrafamiliar, a responsabilidade em relação ao cumprimento de tarefas, o funcionamento das recompensas e a preparação dos indivíduos ao sistema de produção.

Aprofundando as análises, observa-se que os enunciados vão além da abordagem Sistemática e direcionam a responsabilidade pelas problemáticas ambientais no nível do indivíduo - abordagem microação, pois cada um deve fazer sua parte em prol da salvação do planeta Terra. O sentimento de culpa surge discretamente entre as linhas e rapidamente a sociedade é responsabilizada pela acelerada depredação ambiental, afinal todos os indivíduos são agentes deste desequilíbrio.

Vale resgatar novamente Michel Foucault e sua defesa de que o jornalismo seria, sem dúvidas, um *lócus* de visibilidade plena, se não houvesse, claro, as materialidades do mundo. Foucault defende que o jornal, assim como qualquer outro mecanismo de vigilância, desempenha uma função adestradora em dispositivos de poder que instituem rituais e domínios de verdade. Tais evidências foram encontradas nos enunciados da abordagem microação com objetivo de produzir sujeitos moldados para aceitar as rotinas que lhe serão impostas.

O jornal em questão, ao disseminar o discurso superficialista, instiga a criação de campanhas tais como reciclagem de resíduos, coleta seletiva, economia de água, replantio de árvores, entre outras. Nesses cenários, o homem é visto como grande destruidor do meio ambiente e é convocado a agir rapidamente para que ainda seja possível restaurar a vida humana. E, ainda, é separado da natureza e é colocado em oposição ao mundo natural como se o trabalho não fosse inerente à sobrevivência humana, tal que o homem age sobre a natureza ajustando-a às suas necessidades.

Apesar de menos evidente, a abordagem alarmista chamou atenção por conter alguns aspectos importantes. Percebe-se que o terror e medo pela perda do planeta

Terra é mais comum do que o esperado nos materiais apreendidos. São frequentes os enunciados que tratam da questão ambiental projetando um futuro apocalíptico, geralmente associados a imagens emblemáticas que despertam no leitor dúvidas sobre a continuidade da vida da forma que como se apresenta hoje.

Em tais enunciados, é possível identificar mais frequentemente uma política do medo do que uma verdadeira consciência ambiental. Por outro lado, trazem à tona sentimentos de pavor e medo pela “perda” do planeta terra e esgotamento do meio ambiente. Neste mecanismo de biopoder, o objetivo é mapear, diagnosticar e traçar estratégias de prevenção de forma a garantir a homeostase e regulação da população.

A abordagem negacionista, não foi encontrada nas reportagens durante o período avaliado. No entanto, em 12/09/2019, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi protagonista de uma reportagem ao embarcar para os Estados Unidos para uma reunião com representantes do *Competitive Enterprise Institute* (CEI), entidade que nega o aquecimento global e opõe-se a acordos internacionais, por exemplo, protocolo de Kyoto. Apesar do flerte com grupos opositores ao consenso científico do aquecimento global, a reportagem teve caráter informativo.

De forma semelhante, apresenta-se a abordagem crítica, que também foi não encontrada. Esta abordagem questiona o sistema produtivo atual e debruça sobre possibilidades de reconfiguração do mesmo. Nada próximo às discussões sobre ruptura com a forma alienada como a sociedade se organiza e se reproduz foi identificado nas páginas analisadas.

Torna-se importante ressaltar que tais abordagens não são encontradas de forma isolada, mas caminham entre os variados formatos de abordagem. Por exemplo, foi comum encontrar traços de enunciados com tom alarmista em enunciados categorizado como abordagem microação. Isso porquê um tema complementa e/ou alimenta outros. Para o presente estudo, o enunciado foi classificado baseando as percepções na forma em que predominantemente se apresenta.

## 6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Enunciados sustentam o direcionamento aos modos corretos de agir no mundo atual. Entre muitos discursos sendo reproduzidos, a propagação de ideia falaciosa de salvação do planeta onde uma concepção não-conflitiva da sociedade é constantemente colocada em destaque. Assim, ao harmonizar as relações sociais e ignorar as injustiças ambientais (ACSELRAD, BEZERRA e MELLO, 2009), os conceitos são esvaziados de materialidade e apropriados como se não existissem diferentes usos, dependendo da concepção teórica, do lugar social ocupado pelos sujeitos e da compreensão de sociedade da qual se parta (LIMA, 2011).

Neste estudo, é possível assumir as mídias como fundamentais no papel disciplinar e controlador, e, por excelência, condutoras de uma sociedade marcada por relações de poder. Em um primeiro momento como promotoras/mantenedoras de enunciados, ou “vigilantes”, tal que reforçam os limites da sociedade e condutas que atendem aos interesses do poder. Em seguida, através da pulverização das mídias que passam a ser integradas a sociabilidade, definindo as posturas definidas que serão adotadas pela subjetividade dos indivíduos.

Além disso, é possível observar que cada vez fica mais nítida a tendência das mídias em abandonar apelos de cunho racionalizante, em prol de representações mais simbólicas. Sauvageot (1987) definiu esse direcionamento como uma função de abandonar cada vez mais o papel de informação em detrimento da função de desejo.

Toda essa declarada ideia da importância acerca da questão ambiental que tomou força no curso sócio-histórico do projeto neoliberal serviu para forjar um projeto de sociabilidade, trazendo resultados duvidosos no combate à degradação do meio ambiente. Assim, os materiais analisados praticam uma educação ambiental “adestradora”, incentivando posturas “ambientalmente corretas” e reducionistas, desconsiderando as complexidades sociais.

O relatório Planeta Vivo 2014 (WWF, 2014) corrobora as afirmações acima quando afirma que “o estado atual da biodiversidade do planeta está pior do que nunca” e que “há mais de 40 anos a demanda da humanidade sobre a natureza ultrapassa a reposição do planeta”. Ao passo que aparelhos de Estado como o Ministério do Meio Ambiente, secretarias de meio ambiente e de educação defendem que a solução para alcançar a sustentabilidade está nas mudanças comportamentais e na economia verde.

Os enunciados analisados refletem o perfil e interesses de grupos hegemônicos e a grande maioria não inicia com um diagnóstico real dos problemas. São discursos universais que pouco se aplicam às realidades territoriais. Há, enfim, em todo o texto, um apelo recorrente à participação dos indivíduos, à colaboração pública e à cidadania como fatores essenciais à sustentabilidade social, que merece ser discutido.

Isto porque, no momento de formular as políticas estatais e privadas de crescimento que induziram à crise ambiental, os indivíduos e o público não foram consultados nem convidados a participar e, agora, quando se trata de reparar os danos causados, são estimulados a colaborar com as reformas. É válido que a participação pública constitui um elemento indispensável na construção de políticas que visam o bem-estar social. Entretanto, a parcialidade do apelo, realizado desta forma, mais parece uma estratégia de privatização dos benefícios e socialização das perdas.

Desta forma, considerando que a imagem do meio ambiente não resulta necessariamente de sua imagem própria, mas como produto dos que o enxergam e, principalmente, dos que o ignoram, e, além disso, considerando ainda as consequências das inúmeras instituições que pulverizam as informações, entre elas a mídia, movida predominantemente pela classe dominante, é compreensível que os meios atribuam enunciados que perpetuem o direcionamento como um ciclo.

Em resumo, identifica-se que o discurso apresentado materializa as representações da classe dominante sobre a classe dominada e escancara a luta de classes da sociedade atual marcada pelo capitalismo como sistema econômico.

Embora grande parte das notícias tenham direcionado a “salvação” do planeta para o âmbito individual, é importante ressaltar que as ações de escolhas pessoais não se configuram como movimentos de resistência política ou pleito para uma alternativa social. Neste sentido caminha o documentário *Forget Shorter Showers* (2015) do diretor e produtor Jordan Brown.

Ao propor que os espectadores esqueçam a falácia dos banhos mais curtos, Brown traz alguns dados importantes. Ao autor inicia resgatando o documentário *Uma verdade Inconveniente* (2014) do Al Gore que, a caráter de um cenário chocante e emergente, apresenta um tom de otimismo e pulverização da ideia de que se a sociedade estiver disposta a mudar os hábitos pessoais como trocar as lâmpadas, utilizar menos o carro, fechar a torneira ao escovar o dente, o aquecimento global e as mudanças climáticas seriam estacionadas.

Durante o documentário, Al Gore coloca o peso de transformação no indivíduo e na esfera pessoal da ação ao citar durante o documentário que “Cada um de nós é a causa do Aquecimento Global, mas, cada um de nós pode fazer escolhas para mudar isso com as coisas que nós compramos, a eletricidade que nós usamos, os carros que dirigimos...nós podemos fazer escolhas para fazer com que as nossas emissões pessoais de carbono cheguem a zero”.

Brown contradiz os argumentos do Al Gore ao afirmar que na hipótese de toda população norte americana – tendo condições financeiras ou não – mudasse os hábitos de consumo, o impacto na produção de gases que intensificam o aquecimento global seria de 22%. Por outro lado, para que o Planeta Terra não entre em colapso, seria necessário 75%. A partir de então, conclui que a mudança não está nas abordagens individuais, mas recaem sobre as indústrias e grandes corporações.

De forma semelhante, a Agência Nacional de Águas (ANA) publicou um relatório em 2019 que afirma que 70% da extração de água no País é de responsabilidade da irrigação de monoculturas, criação de animais e da indústria. Mesmo diante dos dados oficiais, dificilmente as soluções para a crise ambiental perpassa pelo controle e/ou limite do poder das empresas atuais, menos ainda pela readequação do conceito de economia industrial e de consumo.

Cabe-se ressaltar a importância dos profissionais e estudiosos no sentido de superar as contradições da reprodução do padrão de acumulação do desenvolvimento sustentável. Na prática pedagógica, devem atuar como mediadores das ações e projetos, filtrando, assim, os interesses das empresas privadas. E, indo além, devem estimular a discussão e a compreensão crítica da crise socioambiental problematizando o atual caráter instrumental da educação ambiental.

Cabe ao educador (a) contrapor os conceitos de educação-adestradora e educação-crítica de modo a enfatizar os aspectos éticos e políticos da questão ambiental, e levar aos educandos novas posturas diante da natureza e das relações sociais. A pseudoneutralidade dos enunciados, assim como resgate de conceitos como desenvolvimento sustentável como nova fórmula de “salvação do planeta” devem ser discutidas com cautela.

Além dos educadores, a escola possui um papel determinante neste cenário. Bowles (1976) afirma que o capitalismo requer uma força de trabalho competente e disciplinada e que tais requisitos não podem ser satisfeitos adequadamente através das instituições socializadoras tradicionais como família ou igreja, mas necessitam do ambiente escolar.

Segundo o autor, o sistema de educação em massa atende as necessidades da sociedade capitalista. Deste modo, as transformações educativas são respostas á transformações das estruturas econômicas associadas ao processo de acumulação de capital. E vai além ao afirmar que as relações entre professores e alunos reproduzem as relações existentes entre patrões e funcionários.

Ao viver em condições de alienação da natureza e dos seres humanos, se faz extremamente necessário a ação dos sujeitos para superação. Isso implica em uma reestruturação das formas de ver o mundo, modificando a bases epistemológicas encontradas desde a educação infantil, práticas escolares e cursos de ensino superior. Por isso não é suficiente que a crítica se faça apenas enquanto negação do existente, mas é importante que ele se faça também como anúncio de uma outra direção (TREIN, 2012).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É inegável a importância dos jornais no cenário mundial por se tratar de uma das principais fontes de informação das sociedades atuais. As notícias apresentadas diariamente têm por premissa serem imparciais e objetivas, papel assumido nos editoriais do jornal O Globo. Por outro lado, cabe em seu papel social traduzir os fatos aos leitores. Com base nos objetivos deste trabalho, na metodologia adotada e no referencial teórico que deu sustentação à pesquisa, conclui-se que:

Foi encontrado de forma mais significativa as notícias que apontam para a abordagem sistemática com apelo para gestão institucionalizada através da legislação e políticas públicas voltadas ao tema. De forma menos evidente para as abordagens microação ao apontar para uma atuação individual e alarmista com enunciados emblemático e textos com teor preocupante.

As abordagens negacionistas e crítica apontam para direções opostas. A primeira encaminha para uma negação das crises ambientais, a segunda, de forma antagônica, para reconfiguração dos sistemas sociais e produtivos atuais. Tais abordagens não foram encontradas nesta pesquisa.

Se antes a natureza era vista como um grande depósito de recursos naturais disponíveis para utilização antrópica, ao longo do tempo, passou a ser analisada pela ideia de escassez que envolve um consenso coletivo para sua racionalização e

utilização sustentável dos bens finitos. O Estado, por sua vez, preocupado com o “futuro” das próximas gerações, passa a cortar gastos – geralmente nas demandas sociais e não nas do mercado.

A exclusão de boa parte da sociedade do processo de produção de riqueza, coloca parte da sociedade à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico. Além disso, cria expectativas que raramente são cumpridas. Fica, então, a ilusão da catástrofe e que o homem é responsável por salvar o planeta. O processo de fragmentação da problemática ambiental, separando-a das questões sociais e da relação capital-trabalho, reforça a questão ambiental como um dever de todos, anulando as diferenças de acesso e uso dos bens ambientais.

Esta conclusão visa garantir que, a partir das análises anteriores, os indivíduos não sejam educados de forma reprodutivistas, mas que estejam aptos a debater, comparar e julgar por si próprios os discursos que se apresentam nos recursos midiáticos. Por fim, a partir do senso crítico adquirido, consigam identificar os reais interesses nos discursos ambientais, assim como os verdadeiros culpados.

Entende-se que apesar de minuciosa, a pesquisa teve um curto período de análise, sendo necessário replicar a mesma metodologia tanto em um espaço temporal superior quanto buscar outras fontes com opiniões distintas e abrangentes sobre o tema em virtude das especificidades de cada formato midiático, considerando inclusive, reflexões mais amplas acerca das discrepâncias e uniformidades das mídias brasileiras

Como proposta a trabalhos futuros, sugere-se o aprofundamento do embasamento teórico no que tange às discussões sobre análise de discurso e suas aplicações práticas em textos jornalísticos atuais. Além disso, a ampliação da categorização em mais abordagens traria ganhos relevantes à sistemática deste trabalho, assim como a reestruturação metodológica para que uma mesma notícia atenda a duas categorizações ao mesmo tempo, buscando mais aderência aos temas tratados.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. O que é Justiça Ambiental? Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 7. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALTVATER, E. O fim do capitalismo como o conhecemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. V. 56. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. L'école primaire divise. Paris: Maspéro, 1975.

BERTRAND, Y.; VALOIS, P. École et sociétés. Montréal: Éditions Agence D'Arc, 1992.

BRITTOS, V. C.; GASTALDO, É. (2006). Mídia, poder e controle social. Revista de Comunicação, Cultura e Política ALCEU, 7(13), 121-133

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos de educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.) Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 4ªed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G. Conversações. São Paulo: Editora 34, 1998.

FERRER, A. El modelo educativo del movimiento reformista. In: FERRER, A.; FERNÁNDEZ, F. (Org.). Génesis y situación de la educación social en Europa. Madrid: UNED, 2005. p. 205-220.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: PUC, 1974.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. 25ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002a.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GASPARIN, J. L.; PETENUCCI, M. C. Pedagogia histórico crítica: da teoria à prática no contexto escolar. Acesso em, v. 2, n. 02, 2014.

GALLO, S. (2015). Editorial: "O 'efeito Foucault' em Educação". Pro-Posições, 25(2), 15-22.

GIRON, G. R. A política educacional em Caxias do Sul no governo da Administração Popular e a formação continuada de professores (1997-2004). Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2007.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere - Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 495 p. v. 6, 2002.

GRUPPI, L. O conceito de hegemonia em Gramsci. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GOMES, M. R. Poder no jornalismo. Revista Kairós, Caderno Temático 6. São Paulo: Edusp, 2009.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental: No consenso um embate? Campinas: Papirus, 2007.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. Alfa: Revista de Linguística, v. 39, 1995.

HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBAMA. Educação Ambiental: As grandes orientações da Conferência de Tbilisi/organizado pela UNESCO. Brasília, 154p, 1997.

JACOBI, P. Educar para a sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios- In: Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, vol. 31/2- maio-agosto 2005.

JICKLING, B. "Why I don't want my children to be educated for sustainable development". The Journal of Environmental Education, Heldref Pub., Washington DC, USA, vol. 23, nº 4, 5-8, 1992.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, G. C. "O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável". Revista Política & Trabalho, nº 13: 201-222, João Pessoa: PPGS/UFPB, setembro/1997.

LIMA, G. C. O Discurso da Sustentabilidade e suas implicações para a educação. Ambiente & Sociedade, vol. 6, núm. 2, julho-diciembre, 2003, pp. 99-119.

LOUREIRO, C. F. B.. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MELO, A. A. S. A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela. Maceió: Edufal, 2004.

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

RODRIGO, C. Políticas públicas sobre educación social desde el siglo XVI al XIX. In: FERRER, Alejandro; FERNÁNDEZ, Florentino (Org.). Génesis y situación de la educación social en Europa. Madrid: UNED, 2003. p. 77-98.

SARAIVA, K. A aliança biopolítica educação-trabalho. Pro-Posições, 25(2), 139-156, 2015.

SAUVAGEOT, A. Figures de la publicité: figures du monde. Paris: PUF, p. 26, 1987.

SAUVÉ, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa". Revista de Educação Pública, Mato Grosso: UFMT, vol 6, nº 010, 72-103, jul-dez, 1997.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

STERLING, S. Sustainable education: re-visioning learning and change. Bristol, UK: Green Books, 2001.

VARELA, J. Categorias espaço-temporais e socialização escolar. In: COSTA, Marisa V. (Org.). Escola básica na virada do século. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 37-56, 1996.

TOZONI-REIS, M. F. C. Educação ambiental: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004.

UNITED NATIONS Educational, Scientific and Cultural Organization. Refonte de l'éducation pour un développement durable - Reshaping education for sustainable development), Dossiers Environnement et Développement. Paris: UNESCO, 1992.

UNITED NATIONS Educational, Scientific and Cultural Organization – Programme des Nations Unies Pour le Développement (UNESCO-PNUE). L'education relative à l'environnement: principes d'enseignement et d'apprentissage, Série Éducation Environnementale #20, Division de l'enseignement des sciences et de l'enseignement technique et professionnel, ED/85/WS-39. Paris: UNESCO-PNUE, 1986.

UNITED NATIONS Educational, Scientific and Cultural Organization – United Nations Environment Programme (UNESCO - UNEP). Final Report, Intergovernmental Conference on Environmental Education, Tilissi (USSR). 14-26 oct., 1977. Paris: UNESCO/UNEP, 1978.

## APÊNDICE

Índice	Abordagem	Título	Data
1	Sistemática	Governo prepara campanha internacional para tentar reverter imagem de devastação.	01/09/2019
2	Sistemática	A paralisia do Executivo e o aumento do desmatamento.	01/09/2019
4	Sistemática	Abandono da Floresta dos Atletas é mais um exemplo de descaso no Rio.	02/09/2019
6	Alarmista	Incêndios na Amazônia batem recorde em 9 anos.	02/09/2019
5	Sistemática	Uso de terra indígena espera regulamentação.	03/09/2019
7	Alarmista	Incêndios expõe fiasco ambiental e afetam campanha de Evo Moreales.	03/09/2019
3	Microação	Sobre a má sorte amazonense.	04/09/2019
18	Sistemática	Combate ao fogo sofre corte de 34% para 2020.	04/09/2019
9	Sistemática	Expansão desordenada e três mil valões são desafios para projeto para Rocinha.	05/09/2019
13	Microação	Onde o fogo está: dados fundiários reforçam que incêndios na Amazônia são ilegais.	05/09/2019
22	Sistemática	Combate ao fogo da Amazônia terá R\$ 1 bilhão da Lava-Jato.	06/09/2019
10	Sistemática	Países fecham pacto sobre a Amazônia.	07/09/2019

<b>Índice</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Título</b>	<b>Data</b>
11	Alarmista	Estudo aponta lama da Samarco em Abrolhos.	08/09/2019
21	Alarmista	Desmatamento na Amazônia quase dobra em 2019.	09/09/2019
16	Sistemática	Ibama corta 22% das ações de fiscalização previstas.	10/09/2019
8	Microação	Sítio com plantas raras e 3,5 mil espécies disputa título.	11/09/2019
28	Alarmista	O cerrado arde.	12/09/2019
19	Sistemática	Noruega sinaliza que pode retomar repasses ao Fundo Amazônia.	14/09/2019
27	Sistemática	Crimes que se repetem: áreas da Amazônia cujo desmatamento levou a ações na Justiça foram queimadas nesse ano.	15/09/2019
29	Alarmista	Chamuscado: queimadas estancam candidatura de Morales.	15/09/2019
23	Microação	Estradas têm 2 milhões de bichos mortos.	16/09/2019
30	Microação	Força-tarefa tenta conter incêndio em Alter do Chão.	17/09/2019
33	Sistemática	Polêmica na Lavoura: Governo acelera liberação de agrotóxicos e planeja treinar pequenos produtores.	18/09/2019
24	Alarmista	Incêndios esse ano já superam em quase 20% o total de 2018.	20/09/2019
25	Sistemática	BID vai criar fundo para Amazônia, diz Salles.	20/09/2019

<b>Índice</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Título</b>	<b>Data</b>
17	Microação	ONU realiza Cúpula da Juventude para debater meio ambiente.	21/09/2019
35	Microação	Agir para ter futuro: milhões de jovens cobram ação contra as mudanças climáticas.	21/09/2019
15	Microação	Êxito na ONU vai depender da competência política de Bolsonaro.	22/09/2019
14	Sistemática	Controle de danos: governo brasileiro enfrenta teste na Cúpula do Clima.	23/09/2019
26	Sistemática	“Nós não somos o vilão do meio ambiente” – entrevista com Ricardo Salles.	23/09/2019
12	Sistemática	Florestas terão fundo de US\$ 500 milhões.	24/09/2019
20	Alarmista	Operação na Amazônia fez 112 atuações em um mês.	24/09/2019
31	Sistemática	Brasil fica de fora: Em reuniões na ONU, países se comprometem a agir pelo meio ambiente.	24/09/2019
32	Sistemática	Selo verde vai incentivar projetos de infraestrutura.	26/09/2019
34	Sistemática	Ativismo climático ganha densidade na política global.	30/09/2019
36	Sistemática	Fiscais do IBAMA acusam Exército de falta de apoio.	30/09/2019